Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 60 – Série VII – N.º 869
17 de Agosto de 1990
Preço: 80$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

CRISE NO GOLFO

Posição do PCP

Na passada semana (8 de Agosto), o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou a seguinte nota sobre a situação no golfp pérsico após a invasão do Koweit e as declarações do presidente dos EUA:

1. O agravamento da tensão em toda a explosiva região do Médio *Oriente com a invasão do Koweit* por tropas iraquianas exige a maior prudência de todos os Estados e todos os esforços no sentido da retirada das tropas ocupantes.

2. O discurso hoje pronunciado pelo presidente George Bush infelizmente é pautado, como ele próprio afirma, pela defesa dos interesses dos EUA na região, e não pela procura de soluções que interessem a todos os povos, países e conforme aos interesses da paz e da segurança da região. Neste sentido, o PCP alerta para a total contradição do proclamado pelo presidente Bush e o apoio do seu país à ocupação de territórios da Palestina por Israel.

3. São compreensíveis os esforços das Nações Unidas e dos mais diferentes Estados com vista a impedir novos desenvolvimentos que envolvam outros Estados ou que sirvam de pretexto a outros Estados para tentar tirar partido da situação.

4. O PCP considera importante a retirada das tropas do Iraque do Koweit e condena qualquer intervenção na região ditada pela chamada defesa dos interesses egoístas dos EUA ou de qualquer outra potência, cujo efeito seria o agravamento da tensão na região e no mundo.

5. De novo o PCP alerta para que este conflito não esconda o principal conflito da região que leva à negação dos direitos nacionais palestinianos, à ocupação há dezenas de anos de territórios árabes da Palestina e da Síria pelas tropas sionistas de Israel.

Editorial

Pág. 8 / Semana

FOGOS

PCP exige acção firme contra o flagelo

Págs. 1 e 2 / Semana

Função Pública

Descontente com o IRS e com os baixos salários, a Administração Pública debate proposta reivindicativa e preconiza a mais ampla unidade possível entre os trabalhadores

Pág. 3 / Semana

1.º Sorteio da EP

145 859 • 103 989 • 150 019

Pág. 15 / **a festa**

Editorial

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 869
17 de Agosto de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Um «verão quente» que é imperioso «arrefecer»

A evolução da situação internacional na última semana e nos últimos dias com o aumento das tensões e dos perigos para a Paz na área nevrálgica do Próximo e Médio Oriente e o agravamento dos factores de insegurança e crise noutras áreas do globo tornaram-se preocupantes.

Os prenúncios inequívocos de internacionalização do conflito do Golfo, originado como se sabe pela invasão e anexação do Koweit pelos exércitos do Iraque e agravado com a concentração e movimentação na área de poderosos meios de combate dos Estados Unidos e de outros países sob a cobertura da condenação da invasão iraquiana pelo Conselho de Segurança da ONU, criaram naquela região do mundo uma situação perigosa e explosiva em desenvolvimento.

O «barril do petróleo» ameaça tornar-se um «barril de pólvora» de consequências imprevisíveis se a via da confrontação militar não for travada.

Se à situação do Golfo Pérsico juntarmos outros pontos de conflito em que a busca dos caminhos da paz se processa ainda em grande parte sob o troar dos canhões, o aumento das preocupações pela segurança e a Paz é inteiramente legítimo.

Líbano, Afeganistão, Cambodja, Etiópia, Angola, Moçambique, Libéria, África do Sul, Paquistão, Filipinas, Tobago, Colômbia, Panamá, Nicarágua, Salvador, são pontos quentes de um quadro de violência e de conflitos regionais em actividade e sem perspectivas de resolução a curto prazo.

Às forças da Paz cabe um decisivo papel na contenção dos perigos de guerra - de uma guerra que na hora actual se generalizada significaria o fim da vida na Terra. No momento actual as mínimas possibilidades de paz e de contenção dos perigos de guerra devem ser exploradas até ao fim como uma questão vital para a Humanidade.

Também os factores de crise na economia mundial se acentuaram nos últimos tempos nos principais centros de decisão do sistema capitalista.

Em Nova York, Tokio, Bona, Londres, Paris a instabilidade e algum pânico é o panorama da economia em geral e do mercado de capitais em particular nas principais praças do mundo capitalista. Nos Estados Unidos e nas restantes potências dominantes da economia capitalista mundial cresce o temor de uma nova recessão. É unânime entre os especialistas o reconhecimento da existência de factores ideais para uma nova recessão na economia americana com os inevitáveis reflexos na economia do mundo. Um novo aumento generalizado, ainda que em valores incipientes mas inequívocos, da tensão inflacionista conjuga-se com aumentos de nível diverso do desemprego nos principais países industrializados.

Em Julho a desaceleração económica dos Estados Unidos foi mais rápida do que o previsto, os despedimentos - com exclusão do sector agrícola onde os níveis do desemprego sobem também - atingiram no mesmo mês, naquele principal país do mundo capitalista, mais de 220 mil trabalhadores prevendo-se que o desemprego atinja no fim do ano de 90 os 6 por cento da população activa, o mais alto desde o segundo «choque petrolífero» de 1982/83.

A crise do Golfo continua a influir negativamente no mundo do petróleo e constitui uma manobra de diversão de uma outra questão aguda do Próximo Oriente: o problema palestiniano. A apropriação pelo Iraque da produção petrolífera do Koweit colocará sob o controlo daquele país cerca de 21 por cento de todas as reservas petrolíferas do mundo o que inquieta os outros detentores do mercado dos combustíveis e da energia.

O aumento da tensão internacional interessa aos círculos belicistas do imperialismo e trouxe para já uma certa reanimação ao complexo militar-industrial dos Estados Unidos. A crise do Golfo provocou já uma sensível subida das despesas militares americanas. A «guerra fria» e os surtos por enquanto localizados de «guerra quente» em actividade continuam a ser válvulas de escape para as manifestações de crise da economia capitalista. O Pentágono respira de novo depois do substancial corte das despesas militares provocado pela política de desanuviamento Leste/Oeste agora invertido com a perigosa crise do Próximo e Médio Oriente.

Claro que as ameaças de recessão não têm de momento a gravidade previsível de outros grandes solavancos da economia capitalista.

O sistema mundial do capitalismo dispõe ainda de meios para prevenir, fazer face e superar parcialmente, mal ferido embora, as dificuldades actuais.

Mas os trabalhadores de todos os países, o movimento operário internacional, têm na presente conjuntura novos e importantes factores de reflexão, novas exigências de unidade e cooperação, novas e continuadas razões de luta. E em especial um particular motivo: a exploração de classe continua como característica refinada do sistema capitalista; o imperialismo não mudou o seu carácter de classe e a sua natureza agressiva e opressora.

No nosso país o «verão quente» internacional reflecte-se seriamente na situação nacional, conjuga-se com a instabilidade e insegurança social e económica portuguesa, sob a direcção do Governo PSD/Cavaco Silva e com um outro «verão quente» que está destruindo a riqueza florestal do país e provocando perturbações de extrema gravidade e a prazo prolongado no meio ambiente e na segurança das populações - os fogos florestais.

Em primeiro lugar, a hipótese previsível de agravamento da crise no Golfo e da criação naquela zona de um conflito armado, de facto, de características alargadas - numa área onde armas fabricadas em Portugal foram utilizadas e donde Portugal recebe uma parte considerável dos seus recursos energéticos - pode mais uma vez ser colocado numa situação beligerante indirecta mas perigosa pelas facilidades de utilização dos Açores concedidas às forças dos Estados Unidos, uma vez mais arvoradas na função de gendarme internacional - e quantas vezes fautora - de perigosos conflitos regionais.

O jogo de guerra é um jogo perigoso em que Portugal e o povo português não se podem meter de modo inconsciente e irresponsável. Numa situação cada vez mais interdependente de todos os Estados do mundo é uma questão vital para o nosso país ter à sua frente um governo que pratique uma política activa e extremamente ponderada de paz e cooperação com todos os povos e países, uma política assente na defesa intransigente dos interesses nacionais e na paz que o Governo PSD/Cavaco não tem mostrado acautelar em momentos de tensão como os que já foram vividos nas crises anteriores do conflito Israelo-árabe, no ataque pirata dos Estados Unidos à Líbia e como a que se desenvolve agora no Golfo Pérsico.

É notório que o Governo de Cavaco não previu o desencadeamento da «tempestade» do Golfo e as suas consequências no mercado do petróleo e na política de preços dos combustíveis.

Não deixa de ser significativo que depois de 10 dias antes da crise do Golfo o Governo ter aumentado em 6/7 por cento o preço dos combustíveis «por razões orçamentais» venha agora a admitir novo aumento «por razões políticas»(!)

Estranhas razões movem a política de preços do cavaquismo governante.

Não é uma «guerra do Golfo» mas a política semeadora de instabilidade e insegurança social o que está na base da impressionante série de greves no último mês, algumas ainda em curso ou em processo.

E neste trágico cenário de incêndios florestais é significativo que o recurso à greve tenha obrigado o Governo a «apagar» prontamente um «fogo» em actividade - a greve dos guardas florestais pelo imediato pagamento dos retroactivos e por reivindicações cuja essência humana foi agora posta em relevo pelo criminoso e trágico ciclo dos fogos florestais deste verão de 1990.

O drama dos incêndios, que estão vivendo populações inteiras no interior do país pela primeira vez atingidas nas próprias zonas habitacionais atingiu todos os limites e constitui um libelo contra a criminosa incúria dos governantes perante calamidades e crimes que põe em grave risco vidas (algumas foram ceifadas pelo inferno das chamas), bens pessoais e com destaque largas manchas do tecido florestal do país.

Mais de 7 mil fogos num mês, cerca de 55 mil hectares ardidos (700 mil hectares em 10 anos, com prejuízos que montam a 300 milhões de contos) é o balanço em termos globais trazidos ao conhecimento dos órgãos de comunicação social na conferência de imprensa do PCP no passado dia 9.

E já no dia seguinte novos dados aterradores nesta tragédia: no dia 11 um incêndio de vastas proporções atingiu a cidade serrana da Covilhã um grande centro industrial da Região Centro do país onde 30 casas foram atingidas pelas chamas, mais de 50 pessoas desalojadas, dezenas de feridos e 1 morto. Haveres, rechelos de casas, animais, automóveis, armazéns, culturas e árvores de fruto foram tragados pelas chamas. Outros violentos fogos destruíram largas manchas florestais, algumas de espécies as mais raras da Europa - no Norte (Minho, Douro, Trás-os-Montes) Litoral-centro e outras regiões estiveram ameaçadas.

Uma calamitosa situação em numerosos casos de origem criminosa cujo carácter o Governo se recusa a reconhecer não a declarando «situação de calamidade» como justamente era proposto pelo PCP com base em dados irrefutáveis.

Para os graves prejuízos da Covilhã o primeiro-ministro adjunto e ministro da Defesa, Fernando Nogueira, falando em nome do Governo foi peremptório: não há «situação de calamidade» e atribui de imediato a irrisória verba de 30 mil contos para o realojamento das famílias sinistradas. O governo acaba de promulgar medidas (algumas propostas pelo PCP mas silenciadas pelo ministro).

Na conferência de imprensa o PCP aponta algumas das causas mais flagrantes, além das naturais derivadas da canícola e claramente estão por detrás dos incêndios de origem criminosa.

A eucaliptização em massa **para fornecimento de matéria- prima às empresas celulósicas em fase de ampliação como é o caso da CELBI, da Figueira da Foz, e os novos planos de expansão das Soporcel, Portucel, Caima e outras numa parte importante dirigidas por um gestor conhecido pela sua protecção à plantação de eucaliptos quando ministro da Agricultura até à remodelação do Governo no princípio do ano - Álvaro Barreto;**

As pressões urbanísticas **em zonas de interesse turístico;**

A especulação desenfreada **em torno da aquisição do material lenhoso ardido.**

É significativo que nas vésperas de uma hasta pública para venda de material lenhoso cotado a 9000 escudos o metro cúbico, este stock tenha completamente ardido e a madeira ardida tenha sido transaccionada a 2000 escudos.

Na fúria dos incêndios foram verificados e detectados actos de incendiários que em vários casos foram libertados «por falta de provas».

É de assinalar que as conclusões do organismo especializado para a luta contra os incêndios tenha falado em indícios de existência de uma rede internacional para incendiar a floresta da Península Ibérica.

É evidente que a existir uma tal «rede internacional» tem as suas ramificações e agentes executores no nosso território nacional. As medidas propostas pelo PCP que obtiveram o inteiro apoio das populações afectadas são medidas realistas de inegável eficácia na prevenção dos incêndios.

A gritante falta de meios técnicos para o combate aos fogos florestais e de apoio aos abnegados bombeiros portugueses não se sobrepõem nas medidas financeiras do Governo na utilização das verbas de um «saco azul» que se prepara para explorar com objectivos eleitoralistas.

É um governo cada vez mais espúrio, mais desligado da defesa dos interesses do povo, um governo que é preciso mandar embora e substituir por outro e por outra política de natureza democrática.

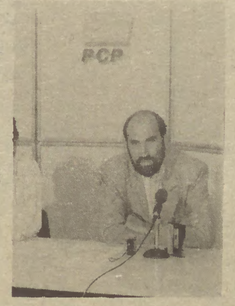
Neste «verão quente» de 1990 aquecem as exigências de uma alternativa democrática que responda aos problemas nacionais mais prementes.

Resumo

8
Quarta-feira

O ministro da Defesa Nacional, Fernando Nogueira, anuncia que os pilotos da Força Aérea Portuguesa podem desvincular-se ao fim de dez anos, em vez dos doze anteriores ■ Portugal autoriza os Estados Unidos a utilizar a base das Lajes e a Força Aérea norte-americana a sobrevoar o território nacional caso seja necessário para fazer frente à situação criada pela invasão do Koweit ■ O chefe rebelde liberiano, Johnson, liberta 16 reféns, 14 dos quais estrangeiros ■ A Indonésia e a China restabelecem as suas relações diplomáticas após 23 anos de hostilidades ■ A polícia birmanesa dispara sobre uma manifestação pacífica de monges budistas e estudantes na cidade de Mandalay ■ Os deputados da RDA rejeitam a adesão imediata do seu país à RFA ■ O presidente George Bush declara que a missão das tropas norte-americanas é defender o território da Arábia Saudita de um ataque do Iraque.

9
Quinta-feira



O PCP, numa conferência de imprensa convocada pela Comissão Política, exige medidas de emergência para fazer face à vaga de incêndios ■ Cavaco Silva admite em S. Tomé a possibilidade de um rápido cessar-fogo em Angola ■ A Confederação do Comércio Português insurge-se contra o teor de quatro propostas elaboradas pela Comissão Europeia que visam incrementar a Carta Social ■ A empresa pública do «Diário de Notícias» é constituída em sociedade anónima através de um diploma aprovado pelo Conselho de Ministros ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas adopta uma resolução declarando ilegal e sem efeito a anexação do Koweit pelo Iraque ■ Num comunicado, o MNE da URSS pede um esforço colectivo da ONU para resolver a situação no Golfo Pérsico ■ O secretário de Estado norte-americano, James Baker garante à Turquia todo o apoio do seu país e da NATO para compensar o prejuízo do encerramento dos oleodutos iraquianos ■ O presidente do movimento solidariedade Lech Walesa, defende a realização de eleições presidenciais na Polónia por sufrágio universal ■ A Grã-Bretanha e a França anunciam que vão enviar tropas para a Arábia Saudita.

10
Sexta-feira

É anunciada, no final de uma reunião em Coimbra em que participaram seis membros do Governo, a proibição de utilizar os solos queimados para fins urbanísticos, industriais ou florestais, durante um período de dez anos ■ A cimeira do Cairo aprova uma proposta de envio de tropas árabes para a Arábia Saudita, em apoio às forças ali estacionadas para defenderem aquele território de um eventual ataque do Iraque ■ Um avião soviético «Antonov-12» de transporte militar despenha-se junto à base estratégica de Shindand, no Afeganistão, causando a morte de 77 passageiros e cinco membros da tripulação ■ A sonda espacial norte-americana Magalhães entra na órbita do planeta Vénus.

11
Sábado

Um grande incêndio destrói várias centenas de hectares de floresta e mais de 26 casas entre habitações e património urbanístico na região da Covilhã ■ A guerrilha chilena, Forças Rebeldes e Populares Lautaro, reivindicam o atentado perpetrado contra um carro da polícia militarizada no Sul de Santiago ■ A Frente Patriótica Nacional da Libéria, chefiada por Charles Taylor, lança uma ofensiva final para acabar com o regime actual da Libéria ■ O presidente egípcio, Hosni Mubarak, considera que não há qualquer esperança de encontrar uma solução pacífica para a crise entre o Iraque e o Koweit, e envia as primeiras forças árabes para o Golfo, onde se encontrarão com as dos EUA, Grã-Bretanha e da França ■ O ministro israelita Ariel Sharon defende a intervenção militar imediata dos EUA contra o Iraque ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da Bolívia, Carlos Iturralde, lembra os EUA que as acções de luta contra a droga no seu país decorrem da plena soberania nacional e desencadeiam-se sob a autoridade do presidente boliviano.

12
Domingo

O embaixador de Portugal na Arábia Saudita, Mattos Parreira, revela ao DN que 14 dos 89 portugueses que se encontram naquele país pediram para ser evacuados do local onde trabalhavam ■ O EUA rejeitam categoricamente a proposta do líder iraquiano, Saddam Hussein, para a resolução da crise no Golfo Pérsico, que pedia a retirada das forças americanas, o levantamento do bloqueio económico e a saída dos israelitas dos territórios árabes ocupados ■ Nove pessoas morrem e 16 ficam feridas no atentado perpetrado contra um hotel para trabalhadores emigrantes no gueto negro de Seboken, perto de Joanesburgo ■ O parlamento turco confere ao governo poderes para declarar a guerra em caso de ameaça exterior.

13
Segunda-feira

Um incêndio reduz a cinzas o teatro ABC no Parque Mayer ■ Os maquinistas da CP voltam a paralisar por períodos de três horas, para reivindicar a actualização salarial, redução de horário e antecipação da idade de reforma ■ O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, termina a sua visita de dois dias à ilha do Príncipe ■ Um dos principais nacionalistas da república soviética da Arménia, Vazgeen Manoukian, é eleito para o cargo de primeiro-ministro ■ O presidente Mikhail Gorbatchov assina um decreto que restitui os direitos a todas as vítimas da repressão política nos anos 20 a 50 ■ Um comunicado divulgado na capital italiana revela que delegações do governo moçambicano e da Renamo estão reunidas desde sábado em Roma.

14
Terça-feira

A Associação Nacional de Municípios Portugueses analisa a problemática dos jogos florestais, considerando que a maioria é de origem criminosa e defende a necessidade de o Governo fazer adiantamentos às autarquias das verbas do FEDER ■ O Liechenstein pede a sua adesão às Nações Unidas, que deverá responder positivamente ■ O presidente norte-americano retira a limitação ao número de homens de negócios soviéticos que podiam viver e trabalhar nos EUA ■ Delegações do Governo moçambicano e da Renamo decidem suspender as conversações ■ O EUA, URSS, China, França e Inglaterra iniciam contactos exploratórios sobre o papel que o Comité Militar da ONU poderia desempenhar sobre a acção das forças navais de diversos países que se encontram no Golfo.

15
Quarta-feira

O Secretariado Nacional do PS critica o Governo por não cumprir os valores prometidos para a inflação ■ Os maquinistas da CP terminam uma greve de três dias, que deixou sem comboios as linhas suburbanas de Sintra e Azambuja ■ O Governo revela que tem preparado um avião militar para, em caso de emergência, evacuar os cidadãos portugueses residentes na área do Golfo ■ O presidente Saddam Hussein oferece a paz ao Irão, para assegurar a sua neutralidade na crise do Golfo, aceitando o acordo fronteiriço de 1975 ■ A União Democrática-Cristã do primeiro-ministro da RDA, Lothar de Maizière, anuncia a suspensão do seu secretário-geral, Martin Kirchner ■ A terceira sessão do Comité Central da FRELIMO termina em Maputo após dez dias de debates.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22
ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000$00
CRC matrícula: 47059
NIF – 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas – Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394
Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27
Venda Nova – 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85
Tiragem média do mês de Julho 25 500

Semana

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 869
17 de Agosto de 1990
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

PCP exige acção mais firme e eficaz e propõe medidas para o combate aos incêndios

Governo devia formar um Gabinete de Emergência

Junto à estrada Martinxel--Carvalhal, próximo da barragem de Castelo de Bode, o fotógrafo do «Avante!» tirou no último fim-de-semana esta foto onde, por trás da madeira ardida, espreita já uma plantação de eucaliptos. Na mata do Sobral o material lenhoso ardido foi vendido a um preço 4,5 vezes inferior. O PCP afirma qua a vaga de incêndios não se deve unicamente às elevadas temperaturas e à fraca humidade: obscuros interesses económicos ligados à floresta movimentam-se junto das áreas ardidas e dos pequenos proprietários logo após os incêndios

Enquanto o Governo faz férias a preparar a ofensiva eleitoralista, vão alastrando os fogos florestais, a um ritmo que ameaça fazer deste ano, em que já arderam mais de 50 mil hectares, um dos piores da última década, durante a qual foram destruídos pelo fogo 720 mil hectares da floresta portuguesa.

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP visitou recentemente algumas das zonas mais afectadas pelos incêndios e elaborou um relatório circunstanciado que entregou ao Governo e na Assembleia da República; por proposta dos comunistas, foi decidido convocar a Comissão Parlamentar que trata destes problemas e cujos trabalhos têm decorrido ao longo do mês de Agosto.

O Partido voltou a insistir na necessidade de tomar medidas urgentes para defender a floresta e as populações do flagelo, todos os anos repetido, dos fogos florestais. Em conferência de imprensa, **Vítor Dias**, da Comissão Política, e **Lino de Carvalho,** deputado à AR e suplente do Comité Central, acompanhados por **Joaquim Judas,** membro suplente do CC, reafirmaram a disponibilidade do PCP para contribuir para a resolução deste grave problema e insistiram na necessidade de adoptar um conjunto de medidas de emergência. O fundamental das suas afirmações está contido num documento de síntese que foi distribuído aos jornalistas e que publicamos na íntegra.

Covilhã – zona de calamidade!
– reclama a direcção regional do PCP

Face à grave situação que se vive na Covilhã após o incêndio de 11 de Agosto - que atingiu zonas residenciais da cidade, fazendo dezenas de feridos e um morto, além de avultados prejuízos materiais - a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP exigiu que aquele concelho seja considerado *zona de calamidade*.

Numa nota que divulgou segunda-feira à comunicação social, a DORCB reclama ainda que o Governo tome «medidas prontas e eficientes que assegurem todo o apoio necessário às populações afectadas pelo sinistro»; a direcção regional do PCP aponta algumas dessas medidas:

- **assegurar habitação condigna para as mais de 50 pessoas que ficaram desalojadas.** A verba de 30 mil contos prometida pelo Governo é insuficiente e não resolve as carências mais imediatas, consideram os comunistas;
- **indemnizar as pessoas cujos haveres foram destruídos pelo fogo** (arderam cerca de 30 casas, alguns pequenos armazéns, automóveis, animais, culturas e árvores de fruto, segundas moradias na serra da Estrela, a Secretaria dos Serviços Florestais, a Casa da Turistrela, parte significativa do Parque de Campismo do Pião);
- encarar medidas imediatas para **reflorestar com floresta tradicional** a zona queimada.

Também a Câmara Municipal deve, reclama o PCP, «dar todo o apoio necessário e possível» à população atingida pelo incêndio.

Investigar e punir

«Perante este flagelo que destrói sistematicamente a floresta nacional, pasma ver a apatia do Governo Cavaco Silva/PSD» - comenta a direcção regional do PCP. «Impõem-se medidas enérgicas e urgentes para deitar mão e punir os incendiários e os que comandam os incêndios. É mais que necessário pôr em movimento meios de investigação e medidas judiciárias que dissuadam as forças dos incêndios» - afirmam os comunistas do distrito de Castelo Branco.

Na nota de imprensa da DORCB coloca-se uma série de pertinentes questões: «Quem está a queimar a floresta do País? Quem comanda estes incêndios que há anos, de forma organizada, programada, sistematicamente vêm destruindo centenas de milhares de hectares da nossa riqueza florestal, que leva dezenas de anos a criar? Quem pode acreditar piamente que estes incêndios tão devastadores, que atacam **precisamente** as principais manchas da floresta nacional ao longo do País, que aparecem (em muitos casos) a altas horas da noite, que tomam imediatamente amplas frentes, quem acredita que tais incêndios são provocados por *descuidos* de incautos, por uma *beata* ou por outro fenómeno circunstancial? Por que são as manchas de pinhais e matas as **vítimas** dos incêndios?».

Estas interrogações levam a direcção regional de Castelo Branco do PCP a afirmar que «não basta dizer que arderam milhares de hectares de floresta, que são precisos mais aviões e bombeiros, etc.», pois «os incendiários e os que comandam os incêndios estão à solta e impunes». Assim, «não há aviões e bombeiros que cheguem». Para a DORCB **«torna-se cada dia mais suspeito que estes incêndios têm a orientá-los altos interesses económicos, eventualmente ligados à eucaliptização indiscriminada».**

OS HOMENS DA CASA BRANCA

edições Avante!

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

N. N. Iakovlev

DE TRUMAN A REAGAN

à VENDA

aTalhe deFOICE

O eucalipto nunca arde

Não sei se já repararam, mas o eucalipto é uma árvore que não arde. Além das suas múltiplas e conhecidas qualidades — o eucalipto além de pasta de papel tem também qualidades peitorais e há até quem ponha alguns ramos na traseira do automóvel para afastar os maus cheiros de uma utilização prolongada — a madeira desta simpática árvore deve ser completamente incombustível. Com efeito, nunca passou pela cabeça de ninguém queimá-la numa lareira quanto mais numa floresta. O eucalipto dá sombra fresca, dá bom dinheiro, dá a mesa e a cadeira de muitas casas remediadas e dá ainda por cima o papel em que escrevo.

Ao passo que o pinheiro dá só chatices.
Triste ideia teve o Dom Dinis, metendo os portugueses numa aventura, de proporções incalculáveis certamente para a época, ao mandar plantar o pinhal de Leiria, fazendo alastrar esta árvore de origens nórdicas pelo país inteiro. À pala disso se fabricaram as primeiras naus que arrastaram o povo e o país numa aventura ultramarina que acabou apenas para os fins deste século, com o seu cortejo de grandezas de novo-rico, de preguiças continentais, de emigração em massa — chamam-lhe diáspora —, de guerras infindáveis e mortandades sem conta, de jugos insuportáveis que lançaram fogo às guerras coloniais. O pinheiro sempre teve a propensão para o fogo.

Por isso arde.
Não sei se já repararam, mas nunca uma notícia aparece — nem em palavras nem em imagens — a dizer que um belo eucaliptal, propriedade da empresa de celulose dos senhores fulanos ou a eles arrendada, ou para eles plantado, terá ardido completamente. Não, senhores, o eucalipto não arde nunca, tirando algumas das suas folhas devidamente secas, que dão um cheirinho a bruxedos ou condimentam o enxotar das moscas.

Mas além disso o eucalipto tem outras qualidades.
Experimentem, por exemplo, gravar os vossos nomes enredados num coração e com uma seta devidamente perfurante, no tronco de um pinheiro. Impossível. Arredio a inscrições românticas, o pinheiro protege-se com uma casca rugosa que não deixa aproximar nenhum sentimento terno. Está votado ao fogo. Até o seu suor resinoso é um convite à combustão rápida e explosiva. Ao contrário, o eucalipto não só permite as inscrições como, se o deixarem envelhecer devidamente, nos prova quanto os sentimentos são fugazes. Ele despe-se da sua pele envelhecida e está sempre pronto para outra.

Ao passo que o pinheiro está apenas pronto para arder.
É com certeza por isso que ninguém se apoquenta. Melhor: que ninguém parece apoquentar-se, quando os incêndios devoram no Verão milhares de hectares.
Não sei se já viram na televisão.
Claro que há gente que se queixa.
Da casa que lhe ardeu juntamente com não sei quantos milhares de pinheiros. Do bombeiro que morreu a combater um incêndio que, no entanto, toda a gente sabia de antemão ter de consumir todo um concelho — ou mesmo dois — até às cinzas, deixando apenas alguma madeira queimada, de má qualidade, que as celuloses aproveitam a baixo preço, para ajudar os pobrezinhos. Logo que passa o incêndio, ainda os últimos troncos não foram carregados para as fábricas, já despontam as folhinhas azuladas e simpáticas das novas árvores, aquelas que os portugueses mais gostam — os eucaliptos.

É por isso que, em vez de medidas de fundo contra os incêndios, o Governo apenas toma medidas de... «fumo». E queixa-se muito de gastar dinheiro. É tão renitente a gastá-lo em medidas que afastem definitivamente os grandes fogos que só a meio de Agosto cedeu às reivindicações dos guardas-florestais. Não fossem eles dar o alarme mais cedo e impedir que de uma vez se queime a floresta de pinheiro e atrasar a introdução do eucalipto.
Por este andar, diz-se por aí, ficamos sem floresta.
Nada de menos certo.
O que vamos ter é uma floresta diferente.
Mais europeia, apesar de o eucalipto ser árvore de origem australiana. Porque o eucalipto nos liga à Europa melhor do que qualquer linha de comboio. Aliás não começou a nossa integração no papel?

Conduzidos pelo seu Governo, os portugueses estão a adquirir uma nova mentalidade. Já não fabricam naus, mas isso não é de agora, que as naus se fazem de ferro e são encomendadas no estrangeiro que, como se sabe, produz muito melhor. De tal modo que é mais fácil destruir um estaleiro e mandar os operários trabalhar lá fora — onde só dão é prestígio ao país e divisas para equilibrar as importações.
A nova mentalidade já vai estando enraizada. Diz-se mesmo que em vez de seiva de pinheiro, os portugueses pensam mudar para rebuçados de eucalipto.
É claro que ninguém quer que o País arda todo. Nessa altura até os incendiários poderiam queimar os dedos. Por isso, na televisão, no outro dia, ouvimos um muito oficial conselho: cuidado com os fósforos...

■ LM

PCP

PCP exige acção mais firme e eficaz para o combate aos incêndios

1. A vaga de incêndios que tem vindo a percorrer o País neste Verão, com uma violência sem precedentes, envolvendo dramáticas perdas de vidas humanas, incalculáveis prejuízos materiais e morais para as populações atingidas, destruição irreparável do património florestal nacional, está a gerar profundas inquietações nos portugueses e põe a nu a **ausência de uma política de prevenção séria e eficaz** que defenda a floresta nacional e as populações do cíclico flagelo dos fogos florestais.

2. Com mais de 7 mil fogos já registados e 50 mil hectares ardidos (correspondendo já a metade da área queimada em todo o ano passado), 1990 pode vir a ficar registado como um dos piores anos da última década, durante a qual arderam mais de 720 mil hectares da floresta nacional.

Constituindo os fogos florestais um problema nacional complexo, cuja resolução exige o contributo empenhado e construtivo de todas as forças políticas, dos diversos órgãos de poder e de todas as entidades que intervêm nesta área, é entretanto uma evidência que ao Governo não podem deixar de caber particulares responsabilidades pela ausência de uma política florestal, uma política de ordenamento e uma política de ambiente que, a existirem, limitariam drasticamente o número, a dimensão e os efeitos dos fogos florestais.

Apesar de o Governo ter anunciado o reforço de meios para combate aos fogos florestais, a verdade é que, como se tem constatado e como têm vindo a afirmar aqueles que no terreno vivem diariamente o drama dos incêndios, tal não tem produzido efeitos visíveis.

Vive-se hoje, sobretudo no Norte e Centro do País, uma situação excepcionalmente grave, **de autêntica calamidade nacional,** que exige medidas de emergência, mobilizando todos os meios disponíveis.

3. O PCP desde a primeira hora acompanha a situação com extrema preocupação e tem alertado o Governo e a Assembleia da República para os dramáticos acontecimentos que se estão a viver. Por iniciativa do Grupo Parlamentar, uma delegação de deputados comunistas visitou recentemente algumas das zonas mais afectadas, onde contactou com dezenas de entidades, tendo elaborado um circunstanciado relatório que foi enviado ao Governo e apresentado na última reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República; aqui foi aprovada, por proposta do PCP, a reunião de emergência da Comissão Parlamentar Eventual para a Análise e Reflexão da Problemática dos Incêndios em Portugal, cujos trabalhos se têm vindo a desenrolar durante o mês de Agosto.

4. O PCP reafirma a sua disponibilidade e empenhamento para contribuir para a resolução deste grave problema e insiste na **necessidade da adopção de um conjunto de medidas de emergência** para fazer face à excepcional gravidade que os fogos florestais estão a atingir:

- declaração do **estado de calamidade pública para as zonas mais afectadas,** com apoios excepcionais a fundo perdido aos municípios e populações atingidas, como aliás é reclamado pela generalidade das autarquias da zona;

Joaquim Judas, **Vítor Dias e Lino de Carvalho** na conferência de imprensa do PCP sobre o problema dos incêndios florestais: a crítica contundente e as propostas construtivas, enquanto o Governo vai deixando arder...

- **reforço das verbas à disposição do Serviço Nacional de Protecção Civil e sua imediata disponibilização** para apoios às populações atingidas com destruição de habitações e culturas;

- mobilização de **equipamento e maquinaria para apoio aos bombeiros e autarquias,** designadamente na abertura de vias que permitam o acesso aos focos de incêndios;

- reforço e entrega imediata às **Comissões Especializadas de Fogos Florestais** da totalidade das verbas que lhes estão atribuídas, permitindo-lhes a compra de máquinas com os valores previstos para os incêndios;

- melhoria da utilização dos **meios aéreos** e da **coordenação** das várias entidades envolvidas no combate aos fogos florestais e reforço das acções de **patrulhamento e policiamento**.

5. Ao contrário do que o Governo tem vindo a afirmar, a vaga de incêndios a que se assiste não se deve unicamente às elevadas temperaturas e à fraca humidade. Obscuros interesses económicos ligados à floresta movimentam-se junto das áreas ardidas e dos pequenos proprietários atingidos logo após os incêndios, assim como noutras zonas pressões urbanísticas beneficiam de fogos que deflagram.

É vasta a especulação em torno da aquisição do material lenhoso ardido.

É imediata a pressão para que as áreas afectadas por fogos sejam arrendadas ou vendidas, sendo o seu destino, normalmente a plantação de eucaliptos.

É paradigmático o exemplo da riquíssima **mata do Sobral,** com 700 ha, no concelho da Lousã, constituída por raras espécies sobreviventes da tradicional floresta lusitana: foi anunciado um processo com vista à sua classificação como área protegida, nas vésperas de uma hasta pública para venda de material lenhoso que estava previsto render **9 mil escudos** por metro cúbico; depois disso, ardeu completamente e a madeira ardida foi vendida a **2 mil** escudos/m³.

O PCP considera imperioso que se tomem medidas em domínios que são generalizadamente considerados como sendo fortemente suspeitos de estarem na origem de muitos dos incêndios registados ou de beneficiarem deles. Para tanto, propõe **duas medidas** que o Governo deveria accionar de imediato:

- controlo dos circuitos de comercialização do material lenhoso ardido, designadamente com a criação, em conjunto com os proprietários florestais e com o apoio das autarquias locais, de **parques de recepção,** com garantia de corte e transporte e pagamento imediato aos proprietários a preços justos e não especulativos;

- publicação de **legislação que proíba, durante 10 anos, a reflorestação com eucaliptos** (com compensação adequada aos pequenos proprietários florestais) **ou a realização de projectos de urbanização** nas áreas ardidas. Caso entretanto tais medidas não sejam adoptadas, o PCP apresentará na Assembleia da República as correspondentes iniciativas legislativas.

6. As medidas que o PCP propõe não podem ser desligadas de **uma política de prevenção,** único caminho para atenuar fortemente a gravidade dos fogos florestais. Nesse quadro impõe-se:

a) uma **política de ordenamento do espaço florestal** com diversificação das espécies, o ordenamento das explorações florestais e prioridades à reflorestação das áreas ardidas;

b) a **construção de vias de acesso** ao interior das matas e florestas e a construção de **aceiros,** designadamente junto dos caminhos e das povoações;

c) a **promoção do associativismo dos proprietários florestais** que crie as condições para o combate aos desperdícios provenientes da exploração das matas e uma limpeza equilibrada e racional da floresta;

d) a **sensibilização e mobilização das populações,** com acções de educação a partir das escolas mas também com o desenvolvimento de uma floresta de uso múltiplo e a revitalização de formas de economia serrana que combatam a desertificação, designadamente o envelhecimento do meio rural.

7. O heróico e abnegado esforço dos bombeiros, dos trabalhadores das administrações florestais, dos elementos da GNR, das populações, não tem correspondência no quadro legal existente.

Impõe-se com urgência a revisão do **Estatuto do Bombeiro,** com garantias sociolaborais efectivas; a modificação da estrutura do **Serviço Nacional de Bombeiros**; o **reforço das verbas** à disposição dos bombeiros e dos Serviços Florestais (aos guardas florestais, que recentemente entraram em greve na defesa dos seus direitos, devem ser pagas as verbas que legalmente lhes são devidas e deve ser aproveitado melhor o seu potencial de experiência e conhecimento da floresta); a **melhoria da formação profissional especializada** na detecção e combate aos fogos florestais e a criação de **comandos e corpos mistos** de bombeiros, profissionais e voluntários.

8. O PCP manifesta a sua mais activa solidariedade com as populações atingidas e o elevado e abnegado esforço dos bombeiros, GNR, Serviços Florestais, no combate à vaga de incêndios que devasta o País.

Face à sua excepcional gravidade e dimensão, é necessária uma acção mais decidida, eficaz e coordenada no combate aos incêndios. Nesse sentido, o PCP propõe a formação imediata pelo Governo de um **Gabinete de Emergência junto do Primeiro-Ministro,** constituído por todas as entidades envolvidas na prevenção, detecção e combate aos fogos florestais, designadamente bombeiros, Serviços Florestais, Protecção Civil, GNR, Forças Armadas e autarquias, que permita mobilizar, com operacionalidade, todos os meios disponíveis.

Trabalhadores

Função Pública protesta e debate reivindicações

«O Governo deve centenas de milhar de contos aos TFP», afirma o Sindicato (STFPSA), enquanto lhes cobra «avultadas importâncias decorrentes da aplicação do IRS»

À semelhança do que está a suceder com outras organizações do sector, o STFPSA (Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores) distribuiu pelos locais de trabalho o seu «projecto de plataforma reivindicativa para a Administração Pública». O documento, que após uma introdução destaca «as reivindicações para 1990 e 1991», reclama a «negociação de um aumento de 22 por cento da massa salarial global a inscrever no Orçamento do Estado para 1991». Segundo o mesmo projecto, o aumento de salários e pensões deve ser de 17,5 por cento a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. A mesma percentagem é proposta para as ajudas de custo e para as prestações da ADSE (assistência na doença). O subsídio de refeição deverá ser fixado em 525 escudos.

O STFPSA realça na introdução ao documento que a «plataforma reivindicativa» resultou de «um trabalho de equipa», no qual, além dele próprio, participaram a Federação do sector — Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública — o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (Autarquias), a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP).

Na referida introdução destaca-se que a análise da situação no sector — «degradação contínua das condições de vida e de trabalho dos cerca de 450 mil trabalhadores da Função Pública» — mostra como «principal responsável» a política do actual Governo, caracterizada pelo «constante desrespeito pelos interesses, direitos e aspirações dos trabalhadores», defendidos pelos seus sindicatos.

O Governo não foi rigoroso no balanço da execução orçamental. Numa reunião recente com a Comissão de Economia e Finanças da AR, o ministro das Finanças e os secretários de Estado dos Assuntos Fiscais do Orçamento afirmaram que «as dívidas dos Ministérios relacionam-se com **aumentos imediatos** *da Função Pública, decididos por alguns ministérios e pagamento dos respectivos retroactivos». A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública contesta vivamente essa afirmação, afirma que todas as situações previstas estavam devidamente orçamentadas e salienta a necessidade de o Governo clarificar objectivamente «quais os ministérios que decidiram os* **aumentos imediatos**; *a que se destinaram esses aumentos imediatos; e o custo dessas alterações». (Na foto, de arquivo, um dos departamentos ministeriais mais concorridos no centro de Lisboa, o Centro Nacional de Pensões).*

O STFPSA destacava entretanto, num outro documento intitulado **À nossa custa, não!**, que, «em Outubro de 1989, o Governo impôs aos TFPs um aumento salarial de 12 por cento, que pretensamente visava cobrir um aumento intercalar, a aplicação do NSR (novo sistema retributivo) e a actualização salarial de 1990». Ora, «perante uma taxa de inflação que vai já nos 13 por cento, o Governo recusou-se em Junho passado a discutir qualquer revisão intercalar para o corrente ano».

Por outro lado — acrescenta o STFPSA— «**milhares de TFP tiveram como presente de férias do Governo um postal para pagar às Finanças avultadas importâncias decorrentes da aplicação do IRS**».

Explica ainda o Sindicato, que, «ao mesmo tempo, os subsídios de Natal de 89 e de férias de 90 foram, pela primeira vez, tributados integralmente. Em dois meses, o Governo recebeu, desta forma, mais dos TFP do que aquilo que lhes pagou com a aplicação do NSR».

Os sindicatos e os trabalhadores estariam assim, segundo o STFPSA,«fartos de promessas não cumpridas» e **não irão aceitar argumentos de mau pagador**.

O STFPSA termina esse seu documento com um apelo à «**mais ampla unidade possível**», tendo em vistaa luta que os trabalhadores da Função Pública serão «forçados as travar» para que o Governo recue no caminho que tem seguido: «muito de demagogia, mas muito pouco de satisfação das reivindicações» daqueles trabalhadores.

Contas em dia

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA), que considera uma «farsa» as alegadas negociações de Junho findo encenadas pelo Governo, alerta para o facto de o mesmo Governo, quanto às matérias com incidência salarial em 1991, pretender iniciar as negociações já no próximo mês de Setembro.

Mas, para que o Governo possa começar essas negociações assentes em bases sérias terá que «pôr as contas em dia», ou seja tem que pagar aos TEP «aquilo que lhes deve». O STFPSA faz questão de dar resposta, juntamente com as outras organizações sindicais do sector e com os trabalhadores, naturalmente, a uma previsível «fraca proposta» do Governo com o «argumento, entre outros, de que tem de gastar muito dinheiro a pagar retroactivos...».

A direcção do STFPSA, subscritor do projécto de plataforma reivindicativa para a Administração Pública, faz questão, por outro lado, no «emprego e duração de trabalho». Sem prejuízo de menores durações já praticadas, a semana de trabalho deve ser fixada no máximo de 40 horas a partir de 1 de Janeiro próximo. A estabilidade do emprego deve ser garantida, designadamente através da «integração no quadro dos contratados a termo, tarefeiros e outros trabalhadores com vínculo precário, com três anos de serviço».

Após vários dias de greve

Redução de horários na Renault

Depois de vários dias de greve, «nos últimos trinta minutos de cada período de trabalho», os trabalhadores da Renault-Cacia obtiveram uma redução dos horários de trabalho.

Por esse motivo, o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro (CGTP) e as ORT's (organizações representativas dos trabalhadores) daquela fábrica de Cacia desconvocaram a greve.

De acordo com o Sindicato, «foi possível estabelecer um acordo entre a administração da fábrica e as ORT's, que visa a redução do horário semanal de trabalho em 15 minutos diários, com início em 1 de Janeiro de 1991 e um aumento no subsídio da equipa das 6 horas de 2,5 por cento, a partir de 1 de Setembro de 1990».

O Sindicato e os trabalhadores conseguiram, em resumo, reduções de horários para 42,05 horas (geral) e 41,15 horas («compactados»).

Ao anunciar estas reduções, o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro e as ORT's da Renault/Cacia «felicitam os trabalhadores pelo seu poder reivindicativo e lembram que, de facto, ao contrário do que diz o patronato, existem condições para que o horário semanal máximo seja de 40 horas», como reclamam as organizações sindicais.

Particularmente grave a situação salarial

Os sindicatos sublinham a particular gravidade da situação salarial dos trabalhadores da Função Pública em geral e acrescentam que, perante uma inflação claramente superior aos aumentos salariais, que «**têm vindo a ser impostos**» (não negociados, na prática), os salários reais têm baixado nos últimos anos.

Reconhecida essa circunstância, os autores da plataforma reivindicativa dirigem-se aos trabalhadores para que «**discutam e aprovem um conjunto de reivindicações que possam ser entregues ao Governo no início de Setembro**».

Ensino

Novos salários no particular

No próximo ano lectivo (1990/91) os docentes do ensino particular e cooperativo receberão mais cerca de 18 por cento nos vencimentos e 16 por cento nas diuturnidades.

Além desses aumentos médios para o pessoal docente, que rondam os 20 por cento na totalidade, o novo contrato contempla o direito dos trabalhadores (professores ou não) «a uma refeição por cada dia de trabalho».

Segundo o secretariado nacional da Fenprof, que assinou a revisão salarial com a associação (AEEP), o resto do contrato depende da Secretaria de Estado da Reforma Educativa.

Em 2 do corrente, numa reunião prevista com aquele departamento do Governo, faziam parte da agenda de trabalhos questões como a profissionalização, «o completamento de habilitações dos professores do 1.º ciclo do ensino básico e a reforma dos docentes do ensino básico e cooperativo».

Seminário

A União dos Sindicatos (USS, distrital de Santarém), o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) e o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA) marcaram para 27 de Setembro próximo um Seminário sobre o ensino, a educação e a gestão democrática das escolas naquele distrito.

Tomarão parte activa nos debates as autarquias, as associações de estudantes e de pais e educadores, os conselhos directivos, entidades oficiais e sindicatos, anuncia a União dos Sindicatos do Distrito de Santarém.

PCP

Os comunistas e a política desportiva

Um comentário urgente

Acompanhando desde há muito a evolução do desporto em Portugal e, mais recentemente, a política do Governo para este sector, o PCP tem a funcionar - com um impulso particular desde o XIII Congresso (extraordinário) - um grupo de estudo para a área desportiva. Este tem centrado o seu trabalho na investigação da política económica e legislativa para o desporto e no acompanhamento do que se passa com os diversos subsistemas (alta competição, desporto escolar, desporto universitário, associativismo desportivo, desporto para trabalhadores, actividade das autarquias e situação da comunicação social).

Na sexta-feira passada,
Luís Sá, da Comissão Política do CC do Partido, **Carlos Rabaçal,** do Comité Central e da sua Comissão Executiva Nacional, e **Costa Lourenço,** do grupo de estudos do PCP para a política desportiva, falaram em conferência de imprensa sobre o recentemente aprovado (7 de Agosto) Estatuto de Alta Competição, o Orçamento para o desporto, as infra-estruturas desportivas, o desporto universitário e outras questões actuais sentidas por desportistas, técnicos, dirigentes associativos e todos os que ao desporto estão ligados.

Foi, como salientaram aqueles camaradas, **um comentário urgente sobre problemas que se revestem de especial gravidade e grande importância.** Com os jornalistas, a gente do desporto e a opinião pública, o PCP comprometeu-se a fazer um trabalho posterior mais aprofundado e global, de que oportunamente dará conta. É que, para os comunistas, o desporto é uma componente fundamental da saúde, da cultura e do bem-estar da pessoa humana e não pode por isso ser visto como uma área menor da vida política.

Os comportamentos recentes do Governo confirmam uma linha de governamentalização, de controlo e de claro aproveitamento político (neste momento, também aproveitamento eleitoral) em relação ao fenómeno desportivo — denunciou o PCP. — Ganha assim mais importância a necessidade de uma intervenção organizada de todo o sistema desportivo nas suas diversas componentes, dos dirigentes, dos treinadores, dos atletas, dos autarcas, dos homens e mulheres da comunicação social, na defesa dos seus legítimos direitos e interesses e na luta pela democratização da prática desportiva e por um desporto ao serviço da população e do País.

Os resultados vão aparecendo, de vez em quando. Mas os atletas, os técnicos e os dirigentes sabem quanto custam os recordes e as medalhas, sobretudo quando, aos seus esforços e sacrifícios, o Governo responde com promessas. Há uma década — tantos quantos o PSD tem de responsabilidade governativa neste sector — que estão prometidas pistas de tartan em Viseu, Faro, Setúbal, Coimbra, Aveiro, no Estádio Nacional do Jamor (pista de baixo) e no Estadio Universitário de Lisboa (duas pistas). Além das promessas, há falhas: como se disse na conferência de imprensa do PCP, ha atletas que não recebem ha mais de 3 meses a exigua bolsa (30 ou 40 contos) que lhes devia ser paga pelas federações, a quem o Governo não envia as verbas necessárias. Muitas das criticas dos atletas têm a ver precisamente com esta falta de apoio. Os comunistas propõem que a médio prazo pelo menos 2,5 por cento do Orçamento de Estado seja destinado ao desporto (na foto, o momento da chegada a Lisboa da delegação portuguesa aos Jogos Olimpicos de Los Angeles).

Desporto universitário

São públicos os graves problemas que nos últimos meses têm envolvido o desporto universitário, designadamente em torno do Estádio Universitário de Lisboa e do papel da tutela, das instituições universitárias e do movimento associativo estudantil.

O PCP considera condenáveis os óbvios casos de corrupção verificados durante a última gestão do Estádio Universitário de Lisboa (cujo director se demitiu), devendo o apuramento de responsabilidades ir até ao fim.

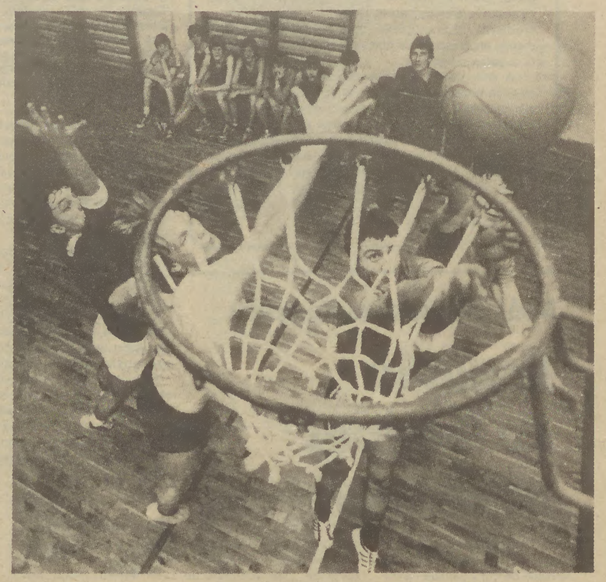
O PCP condena o facto de a lei orgânica do Estádio, na prática, afastar os estudantes da gestão e considera que o processo de nomeação do seu futuro director deve seguir rigorosamente os trâmites legais, designadamente a auscultação do movimento estudantil.

Ao mesmo tempo que condena a situação de degradação a que chegou o Estádio Universitário de Lisboa, **o PCP considera indispensável que se tomem medidas eficazes que permitam recuperar o Estádio, no mais breve periodo de tempo possível, para o lazer e a prática desportiva dos estudantes e da população.**

O PCP exige a revogação do Despacho Conjunto 60ME/MHJ/90 que cria a **Comissão de Acompanhamento do Desporto do Ensino Superior** que atropela a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Artigo 7.º), a Lei da Autonomia Universitária, os reitores nas suas competências próprias e retira qualquer possibilidade de intervenção autónoma ao movimento associativo estudantil.

Em matéria de desporto universitário torna-se indispensável assegurar a defesa da dignidade das instituições do Ensino Superior e do movimento associativo estudantil.

Foi neste sentido que já se pronunciaram unanimemente a Assembleia Geral da Associação Académica de Lisboa e o Encontro Nacional de Dirigentes Associativos do Ensino Superior, exigindo a revogação do Despacho, posição com a qual o PCP se solidariza.



Nas escolas

O PCP considera preocupante o facto de o projecto de Decreto-Lei sobre a Educação Física e o Desporto Escolar, pronto há mais de um ano, estar parado em sede de Governo sem se vislumbrar as razões. Independentemente das opiniões que se tenham sobre o referido projecto, o facto é que a actual situação de enquadramento do desporto escolar, por Despacho, permite ao ministro da Educação «aplicar» mecanismos organizativos previstos no referido projecto, mas não permite a implementação de mecanismos essenciais de controlo democrático da actividade, por parte dos professores e estudantes.

Enquadrar o desporto escolar por despachos dois anos consecutivos (87/ME/89 e 117/ME/90) permite ao Governo nomear quem quer para a coordenação e fugir completamente ao controlo democrático, assumindo mais uma vez um inadmissível papel de intervencionismo, impondo as suas concepções e soluções, não ouvindo e limitando a participação da comunidade na definição dos objectivos, na análise das experiências, no encontrar de novas soluções.

O OE e o financiamento do desporto

Do estudo, elaborado no âmbito da DGD, «Importância Económica do Desporto — 2.ª Fase» é possível detectar um vasto conjunto de elementos que contribuem para dar uma ideia do sentido da política governamental para o desporto. Não é de mais lembrar que **o PSD é há mais de uma década responsável nos sucessivos governos pela área da tutela do desporto.**

Assim, temos, do referido estudo, que:

- **a política seguida nos últimos 10 anos neste sector levou a que hoje se assista a um défice de cerca de 140 milhões de contos (valores de 1988) de infra-estruturas desportivas, quer para a prática informal e recreação, quer para a prática formal e para o espectáculo desportivo.**
- a divisão do financiamento da actividade desportiva apresenta o seguinte quadro:

Estado	13,21%
Sector Privado Lucrativo (empresas)	13,71%
Famílias (isto é, cidadãos praticantes)	70,34%
Exterior	0,89%
Totobola	1,85%

- em comparação percentual com o Reino Unido, Holanda, Dinamarca, RFA, Bélgica, Finlândia, Portugal apresenta uma posição mais baixa em todos os indicadores (Despesa do Desporto, PNB, Despesa Pública, Despesa das Famílias).
- o peso das despesas com o desporto é, no Orçamento de Estado, de 0,7% (despesas correntes) e de 1,0% (despesas de capital) enquanto o poder local apresenta 2,8% (despesas correntes) e 3,9% (despesas de capital) em relação ao respectivo orçamento global.

Muitos outros elementos poderiam ser aduzidos para mostrar que ao mesmo tempo que o Governo exerce uma tutela intervencionista sobre o desporto, pouco investe, sendo os cidadãos que, além de pagarem os seus impostos, ainda têm que cumprir a máxima «quem quer desporto, paga-o».

Por outro lado, como o próprio estudo reconhece, «uma maior responsabilização assumida pela Administração Local face à incapacidade da Administração Central responder às reais necessidades das populações locais na área do Desporto», tem levado as autarquias locais a procurarem resolver os problemas, substituindo o Poder Central, apesar dos sucessivos cortes orçamentais que o Governo lhes tem imposto.

Ao nível das infra-estruturas desportivas, a situação é de uma injustiça gritante, tendo em conta que nos protocolos aprovados entre as autarquias e o Governo, no quadro do projecto RIID, à partida, é o Governo que deveria suportar o essencial dos custos; mas, na prática e no final, são as autarquias que acabam por suportar o essencial das obras face ao encarecimento crescente dos custos, ao longo do processo de construção, encarecimento este não previsto nos protocolos ou contratos-programa.

Exemplo mais esclarecedor da postura do Governo face aos apoios ao associativismo desportivo é a **autêntica febre de actos públicos, com a presença do ministro Roberto Carneiro, com discurso e comunicação social, em que foram transformados os actos administrativos de entrega dos cheques da DGD**, a pretexto da assinatura de contratos-programa que mais não são que um vasto conjunto de intenções pelos quais se trocam os dinheiros indispensáveis para a manutenção do movimento desportivo, mas que não correspondem ao real investimento numa política de desenvolvimento.

O PCP considera essencial um aumento decisivo das verbas para o Desporto no Orçamento de Estado para 1991, com a perspectiva de a médio prazo se atingir o valor percentual de 2,5%.

O PCP considera, contrariando a prática recente na Assembleia da República, que é indispensável que o Orçamento para o Desporto seja discutido em pormenor na Subcomissão de Desporto da Assembleia da República, com rubrica parcelar própria, com indicação da sua aplicação clara, que permita finalmente um efectivo controlo democrático sobre a política económica do Governo nesta área.

Estatuto de Alta Competição

O Estatuto de Alta Competição (Decreto-Lei n.º 257/90) surge com dois anos de atraso em relação ao prometido pelo ministro Roberto Carneiro que, no rescaldo dos Jogos Olímpicos de Seul, entre outras promessas, previa que a preparação para as Olimpíadas de Barcelona seria já enquadrada por um novo regime jurídico. Acresce que a sua concretização carece de disposições regulamentares especiais, a fazer por seis portarias (artigos 14.º, 20.º, 22.º, 27.º, 28.º, 29.º) e outras disposições regulamentares sem especificação (artigos 10.º e 26.º), o qué, inevitavelmente, levará a um acrescido atraso na implementação do Decreto-Lei.

1. O Decreto-Lei agora publicado traduz uma filosofia mais intervencionista do que o projecto que foi submetido a debate público, embora integre reivindicações pontuais do movimento associativo.

É eliminado do texto o Gabinete para a Alta Competição, estrutura contestada pela sua composição governamentalizada, tendo o movimento associativo proposto em alternativa uma composição paritária entre o Governo e o sistema desportivo.

A solução adoptada no Decreto-Lei é de inviabilizar claramente a participação democrática do movimento associativo na definição da política para a alta competição, rejeitar a ideia de planeamento integrado da acção deste subsector desportivo e assegurar, através da DGD (ou seja, do Governo) o controlo absoluto do desporto de alta competição na sua globalidade, remetendo o movimento associativo para a intervenção exclusiva no âmbito das suas modalidades específicas. O movimento associativo fica na posição de tudo fazer, nada decidir, defender economicamente da vontade e da decisão discricionária da DGD.

Trata-se de uma solução cómoda para o Governo, que não discute as orientações desportivas com ninguém e procura manter o associativismo com a rédea curta. É, no fundo, uma forma barata de, gerindo os parcos fundos do desporto ao seu belo prazer, promover clientelas, procurar angariar votos. **É o acentuar da perspectiva intervencionista do Governo.**

O PCP considera indispensável a existência de um órgão, com a participação do movimento associativo, em condições de dignidade, que intervenha na definição, acompanhamento e gestão da política e recursos materiais e humanos, afectos à alta competição.

2. O atleta trabalhador não tem mecanismos especiais de defesa face à entidade patronal, não há mecanismos que assegurem a aplicação da lei e nada está previsto em relação às entidades patronais que não a cumpram.

Não são previstos mecanismos especiais no que respeita à segurança social de atletas não profissionais. Não se tem em conta que a evolução natural do jovem atleta é passar de estudante a jovem à procura do primeiro emprego.

Além das bolsas de alta competição, **o PCP considera que dever-se-ia encarar a hipótese da criação de uma «carteira de empregos» com o objectivo de assegurar a estabilidade económica, social e emocional – logo, o rendimento dos atletas – quer durante o período activo, quer para facilitar a sua integração após fim de carreira.**

3. Os mecanismos previstos para o **atleta estudante** têm um perfil mais adequado ao Ensino Secundário (apesar de nas actuais condições do sistema de ensino português serem de execução complexa), mas não têm em conta a situação do Ensino Superior (quando a maioria dos atletas de alta competição tem mais de 18 anos), podendo antever-se que, afinal, acabará por ser o ensino privado a acolher os jovens atletas universitários, naturalmente a expensas dos dinheiros públicos.

Por outro lado, na criação de condições de estabilidade na prática desportiva e de treino indispensáveis à evolução do jovem atleta não se vai longe quanto seria necessário, ignorando-se mesmo o articulado da Lei de Bases do Sistema Educativo que prevê a possibilidade de escolas especializadas do Ensino Básico e Secundário em que «podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica» (artigo 8.º, n.º 4).

Mantém-se claramente actual, como proposta necessária e exequível, desde que haja vontade política, a criação das Escolas Especializadas em Desporto, proposta apresentada pelo PCP há mais de um ano na Assembleia da República.

4. O Decreto-Lei é omisso no que respeita à **Investigação orientada para a alta competição** e à rentabilização de meios técnicos e materiais para o acompanhamento do treino desportivo que, tendo em conta os elevadíssimos custos dos equipamentos e dos recursos humanos, exigiria uma gestão de meios capaz de servir de forma coordenada o conjunto do sistema da alta competição.

5. O texto final desta lei permite concluir que foi absolutamente decisiva a **resposta unida, firme e coerente,** por parte do Movimento Associativo, aos aspectos mais negativos do projecto inicial, provocando alterações pontuais designadamente nas matérias respeitantes ao serviço militar, integração dos dirigentes e técnicos no estatuto.

O PCP considera que o Decreto-Lei na sua forma final adopta soluções inaceitáveis e contém ainda importantes lacunas pelo que irá chamá-lo à ratificação na Assembleia da República.

Nacional

Saúde

As «urgências» do ministro

De acordo com uma nota do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, com sede em Lisboa, que convocou para ontem uma conferência de Imprensa, «o problema do banco de urgência do Hospital S. Francisco Xavier agravou-se».

Segundo a direcção do Sindicato, «o ministro da Saúde mentiu aos portugueses», pois no passado domingo, 12, não havia equipa de anestesia naquele banco hospitalar de Lisboa.

O mesmo aconteceu, aliás, com o Hospital Egas Moniz, que «ficou sem anestesia» a partir da meia-noite.

Estas anomalias mostram, de acordo com a direcção do Sindicato dos Médicos, «a incompetência do ministro da Saúde e das suas administrações».

A direcção sindical, ao acusar aquele membro do Governo de «falta de respeito pela vida dos doentes e das instituições», sublinha:

«As doentes grávidas que precisavam de cesariana tiveram que ser deslocadas para outras maternidades e os doentes que precisavam de cuidados de urgência foram desviados para o Hospital de S. José».

Museus e palácios

Greve desconvocada

O IPPC (Instituto Português do Património Cultural) começou a pagar dívidas antigas aos trabalhadores dos museus e palácios nacionais.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, em nota à Imprensa, desconvocava assim, na passada segunda-feira, a greve anunciada para o feriado nacional de 15 de Agosto.

Segundo a mesma Federação, as dívidas do IPPC referem-se a remunerações de contratos a prazo e de horas extraordinárias feitas em feriados.

A desconvocação da greve, que tinha sido anunciada em pré-aviso de 8 de Junho, deve-se ainda ao facto de estarem a decorrer negociações para a reestruturação de carreiras, entre o IPPC e a Federação sindical, com o compromisso de estarem concluídas até 30 de Outubro do ano corrente.

A reestruturação atende designadamente à carreira de guarda de museu.

Turismo

Acções de denúncia

Até à primeira semana de Setembro estão em curso «acções de denúncia» sobre o comportamento antinegocial do conselho de administração da Enatur. A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT) acrescenta que essas «acções de denúncia» se efectuam «junto dos clientes e hóspedes» daquela empresa pública.

Greve prevista em Setembro

A FESHOT, cuja comissão executiva acusa também o Governo da mesma atitude antinegocial, destaca que «a manter-se essé comportamento», os trabalhadores da Enatur adoptarão novamente a greve (dois dias na segunda quinzena de Setembro).

Recorda, entretanto, a mesma organização sindical que o salário médio dos trabalhadores da Enatur é de 45 mil escudos mensais e que os aumentos «decretados» em 1990 pela administração e pelo Governo continuam a ser inferiores à percentagem da subida da inflação.

Acampamento na Madeira

No fim-de-semana de 24, 25 e 26 de Agosto a JCP/Madeira organiza um acampamento no Caniçal, aberto à participação de todos os jovens interessados.

Esta iniciativa integra-se no programa de verão dos jovens comunistas madeirenses e as inscrições podem ser feitas desde já no centro de trabalho do PCP no Funchal (Rua da Carreira, 139).

Aqui está a funcionar desde o princípio do mês um espaço de convívio, aberto todos os dias e onde se realizam aos sábados bailes-convívios.

Eleitoralismo do Governo não resolve os problemas de Santarém

Cavaco Silva, ministros e secretários de Estado do Governo do PSD têm cruzado de uma ponta à outra o distrito de Santarém «de *saco azul* desatado, com cheques na manga e pastas recheadas de promessas». Entretanto, os problemas continuam por resolver - acusa a direcção regional do PCP, numa nota de imprensa que divulgou na semana passada.

Com um intervalo de três semanas, Cavaco Silva visitou o distrito duas vezes. Apareceu nos Gagos/Almeirim a entregar títulos de posse da terra, como se de oferta se tratasse, quando as terras foram desbravadas ao longo de gerações pelos agricultores e pagas durante mais de vinte anos com o seu suor e o seu dinheiro; antes, o Governo tinha liberalizado a importação de produtos agrícolas...

Mais recentemente, Cavaco Silva foi ao concelho de Coruche, onde há vários anos - e particularmente durante o seu Governo - foi lançada uma feroz ofensiva para acabar com a reforma agrária; depois do mal que fez, mostrou-se agora muito interessado nos problemas da agricultura e participou num almoço **pago** a agricultores do concelho, num pavilhão situado fora da vila do Couço e perante a indignação ou a indiferença da população.

Entrementes, esta política vai servindo muito privados interesses: avança o processo de privatização da Companhia das Lezírias, depois dos grandes investimentos que aqui foram feitos com dinheiro público; a central termoeléctrica do Pego (Abrantes), ainda em construção e para onde estão canalizadas grandes verbas do Estado, também já é ameaçada por intenções privatizadoras.

Quem não ganha com esta orientação são as populações. O ambiente é um dos temas preferidos da propaganda do Governo e o respectivo ministro também andou em digressão pelo distrito; mas, apesar de acções pontuais, continuam por resolver os problemas de fundo do Alviela, do Almonda, do Nabão e outros. A situação social degrada-se - com o encerramento de empresas, aumento de preços, precariedade e instabilidade dos empregos - factor que é em grande medida responsável pelo grande surto de emigração que atinge milhares de trabalhadores de Santarém.

Moura é a imagem de um distrito esquecido

O concelho de Moura, imagem aliás do resto do distrito, é uma zona onde a população jovem dificilmente consegue integrar-se no mundo do trabalho e por isso abandona a sua terra, tentando a vida no Algarve ou no estrangeiro. Esta situação é o reflexo dos muitos problemas que a região enfrenta, e esteve na origem de uma deslocação dos deputados comunistas Lourdes Hespanhol e Manuel Filipe, acompanhados por Miguel Ramalho, do secretariado da distrital do PCP, e por Ana Benedita, membro suplente do Comité Central.

Além do contacto com as populações, durante a visita efectuaram-se reuniões de trabalho com os responsáveis locais nomeadamente com o executivo camarário, o director de saúde concelhio e o delegado do centro de emprego e formação profissional. A falta de indústria foi considerada a causa fundamental da saída dos jovens do concelho, já que a agricultura ocupa pouca mão-de-obra e quase sempre em trabalhos sazonais.

Por outro lado, a inadequação das vias de comunicação, o seu mau estado de conservação, concorrem para a sentida falta de investimentos que possibilitem um efectivo desenvolvimento socioeconómico deste concelho. O encerramento do ramal ferroviário de Moura ao tráfego de passageiros veio agravar a situação, sobre o que os deputados do PCP alertaram já a Assembleia da República, defendendo a modernização e eficiência dos serviços de apoio às populações.

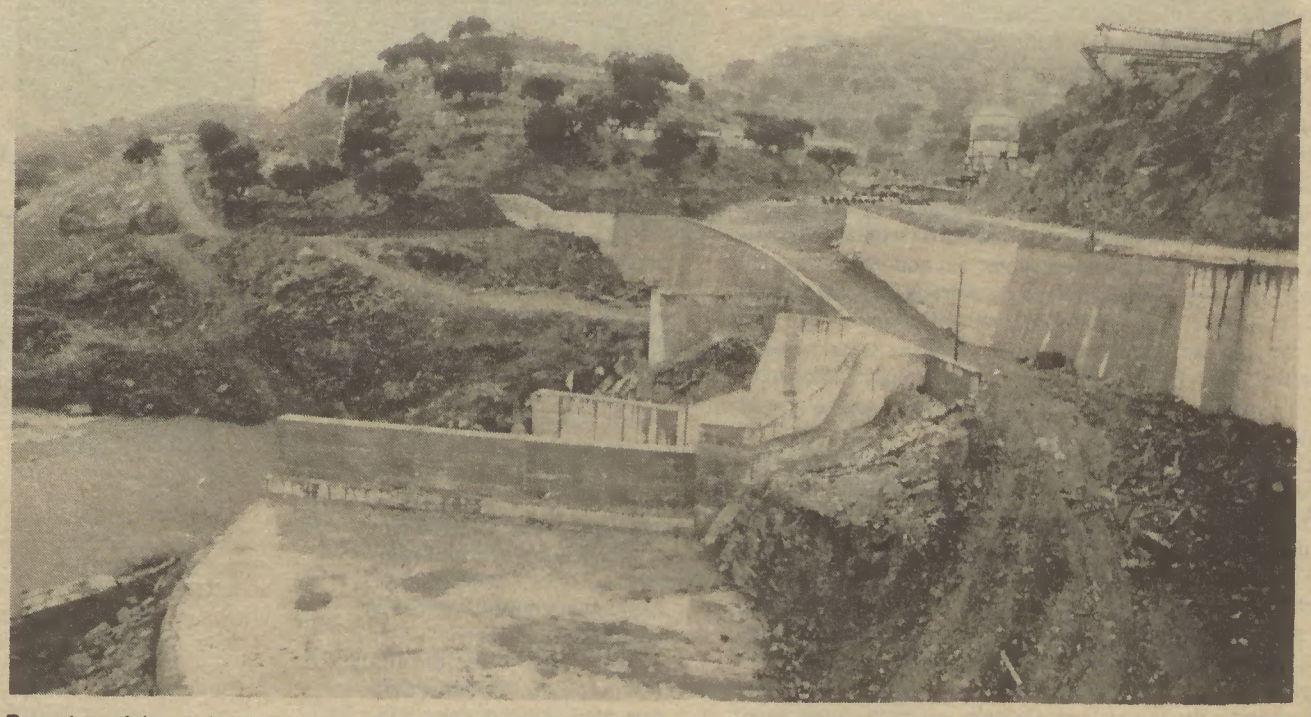
Falta de verbas

No encontro com os autarcas foi referido que as freguesias têm problemas que a Câmara Municipal não consegue resolver por falta de verbas, devido à existência de critérios desajustados na distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro, das isenções fiscais decretadas pelo Governo bem como das compensações previstas na lei. O aumento das despesas em áreas que não são da competência das autarquias e ainda as dificuldades criadas pela excessiva burocracia obstaculizam e impedem uma resposta à altura das necessidades do concelho. .

A falta de médicos e de outros técnicos de saúde, enfermeiros, fisioterapeutas, bem como a esperada construção de um novo edifício para o centro de saúde, são reclamações de uma população carente de condições de internamento e atendimento, dada a posição geográfica do concelho.

O Programa Operacional que abrange o concelho de Moura, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional, foi alvo de críticas unânimes por não apontar as soluções mais adequadas ao progresso da região. É ainda neste sentido que surgiu a opinião generalizada da necessidade da criação urgente das regiões administrativas, por forma a serem as populações a decidir das suas prioridades, com base no conhecimento pleno que têm das realidades.

Os deputados reafirmaram o seu empenhamento na defesa da construção da Barragem do Alqueva, concretamente com propostas de desbloqueamento de verbas e tomadas de posição na AR e Parlamento Europeu. Os parlamentares comunistas pelo distrito de Beja comprometeram-se a divulgar na AR as justas reivindicações da população deste concelho, e demonstraram a sua disponibilidade de, apesar de terem já apresentado um projecto de lei para a elevação a vila da povoação da Amareleja, renovarem esta proposta em conjunto com outras forças políticas.



***Durante a visita** os deputados comunistas reafirmaram o seu empenhamento na defesa da construção da Barragem do Alqueva cujas verbas se encontram bloqueadas*

Internacional

ÁFRICA DO SUL

Vida política entra numa nova fase

«A via está agora aberta para negociações sobre uma nova Constituição» — é a conclusão do ANC e do governo de Frederik de Klerk, na sequência da assinatura do documento comum, «Acta de Pretória», no passado dia sete, pelas delegações das duas partes, após uma reunião que se prolongou por 15 horas. Momento histórico na vida da África do Sul, constituindo em si um grande avanço «no caminho da verdadeira paz e prosperidade para no nosso país», como é igualmente sublinhado pelos subscritores do documento. Passo fundamental, que terá entretanto ainda que defrontar a prova da vida. E os factos indicam que essa prova nada terá de fácil

O conteúdo da «Acta de Pretória» foi divulgado em conferência de imprensa conjunta, com Nelson Mandela e o presidente De Klerk. Através do seu dirigente, o ANC anunciou então a decisão, «com efeito imediato», de suspender a luta armada.

Esta decisão, inserida no documento agora aprovado, inscreve-se num importante conjunto de medidas programadas.

Antes do mais, no que se refere aos presos políticos, estes começarão a ser libertados a partir de 1 de Setembro, e os refugiados poderão regressar, ao longo de um período que deverá estar concluído até Abril de 1991.

Os graves confrontos que se têm vindo a registar no Natal, foram outro dos pontos fundamentais das conversações. As delegações do ANC e do governo de Pretória declararam-se «seriamente preocupados com o nível geral de violência, intimidação e tumultos no país, em particular na província do Natal» e comprometeram-se a agir no sentido de lhe pôr termo. Pretende-se promover «o espírito de confiança mútua entre os líderes envolvidos», uma clara referência ao grupo zulu, liderado por Buthelezi, o Inkatha, no cerne das acções de violência que tem envolvido os seus militantes e militantes da União das Forças Democráticas (UDF), movimento integrado fundamentalmente por simpatizantes do ANC.

Aliás, e para que de facto as bases para a paz ganhem solidez, fica explícito no documento agora assinado que o governo e o ANC «não pretendem considerar-se como as únicas partes envolvidas no processo de construção de uma nova África do Sul». O governo sul-africano compromete-se, explicitamente, a «considerar o levantamento do estado de emergência no Natal tão cedo quanto possível».

Alíneas particularmente importantes do documento são as que se referem à revisão das leis de segurança em geral. Da Lei de Segurança Interna deverão ser retiradas todas as referências ao comunismo. Será abolida a feitura de «fichas». Doravante não poderão ser proibidas quaisquer publicações ou declarações públicas. Será ainda anulada a exigência de depósitos em dinheiro para registo de jornais.

Suspensão da luta armada

Já depois da assinatura conjunta da «Acta de Pretória», o ANC lançou uma campanha de esclarecimento sobre o sentido e os objectivos da decisão de suspender a luta armada.

«O ANC está empenhado na construção de uma África do Sul unida, não racial e democrática. Iniciámos o processo de conversações para conseguir este objectivo», afirma-se em texto divulgado na imprensa. Mas adverte-se que «o Exército do Povo não foi dissolvido (...) A suspensão da luta armada é condicionada ao comportamento da polícia e das forças de segurança».

O fim da luta armada encerra de facto uma fase da história do ANC.

Fundado em 1912, o Congresso Nacional Africano (ANC) inicia a luta armada em Dezembro de 1961, uma forma de luta que se impôs face à extrema violência que o próprio regime de «apartheid» em si encerra.

A luta armada concretizou-se, no fundamental, em ataques armados e actos de sabotagem e tem a sua expressão organizada — a «Umkhonto We Sizwe» (Lança da Nação). Segundo dados oficiais, apenas entre 1976 e 1985, registaram-se 400 atentados, entre os quais a explosão, em 1980, no importante complexo petroquímico de Sasol.

A decisão de suspender a luta armada, e em geral o documento agora assinado, culmina a via negocial, iniciada em Maio no histórico encontro de Groote Schuur, entre o presidente sul-africano e Mandela, libertado três meses antes, após 27 anos de prisão.

PC legal, sinal positivo num mundo de contradições

Dia 29 de Julho, em Soccer City, entre Soweto e Johanesburgo, num estádio com algumas dezenas de milhar de pessoas, o Partido Comunista da África do Sul reapareceu oficialmente, no plano legal.
Um testemunho palpável das transformações em curso na vida política sul-africana, transformações para que os comunistas em muito contribuíram, nomeadamente através da luta desenvolvida no seio de diferentes organizações democráticas, como o próprio ANC e o Congresso sul-africano dos Sindicatos (COSATU), agora também actuando na legalidade.

É um regresso, após quarenta anos de clandestinidade (a que foi forçado desde 1950), do mais antigo partido comunista de todo o continente, criado em 1921.

Falando à multidão presente no estádio, o secretário-geral, Joe Slovo, sublinhou a participação dos comunistas nos diálogos que actualmente se desenvolvem com o governo da África do Sul e afirmou: «Somos fiéis à letra e ao espírito dos acordos de Groote Schuur», que marcaram o início de uma viragem para o diálogo, na África do Sul, com vista à definitiva liquidação do «apartheid».

Presente também no comício, em sinal de solidariedade com os comunistas sul-africanos, Nelson Mandela sublinhou: «O ANC não é um partido comunista. Mas como defensores da democracia, batemo-nos pelo direito à existência do partido comunista».

Mandela referiu mesmo o percurso conjunto partilhado ao longo dos anos pelos lutadores anti-*apartheid*. «Slovo é um velho amigo — disse. Ao longo dos anos e das provações passadas, partilhámos as mesmas maneiras de ver quanto à forma de acabar com o criminoso sistema do *apartheid*. Hoje, partilhamos os mesmos pontos de vista no que respeita às negociações com o governo».

Caminhos difíceis

Os caminhos do diálogo estão assim abertos, e nunca pareceu tão clara a perspectiva do fim do «apartheid». Mas ninguém espera que as vias para a sua liquidação sejam fáceis. Não apenas porque as forças policiais continuam em grande medida a agir segundo a velha lógica, ou porque a extrema-direita (bem armada) aposte numa resistência que pode passar pelo crime organizado.

Mas também, e tão-só, pela envergadura e multiplicidade dos problemas acumulados. E porque é grande o desespero gerado pela miséria e pela humilhação.

As dificuldades estão patentes, nomeadamente, na prisão, bem recente, de militantes e dirigentes comunistas, acusados de complot antigovernamental, praticamente no mesmo momento em que reentravam na vida legal.

Entretanto, no passado fim-de-semana, um movimento de protesto contra anunciados aumentos de rendas de casas, acabou por assumir carácter particularmente violento, com barricadas erguidas nas ruas (que dirigentes locais do ANC pediram depois para desmantelar), saques, incêndios e mortos.

Foi nos subúrbios de Port Elizabeth e na vizinha cidade de Uitenhage. Houve mais de 40 mortos e de duas centenas de feridos.

E entretanto, é o próprio chefe local das forças policiais que reconhece que na origem dos tumultos estão as más condições de vida. «Aumento das rendas de casa, mau abastecimento de água, escolas inadequadas, parecem ser a causa real de tudo isto», disse.

Outra (e diversa) situação particularmente grave, é a que se vive no Natal. Domingo, dia 22 de Julho, confrontos entre elementos do Inkatha, partido único das seis «Homelands» autónomas de Kwazulu, e militantes do ANC, fizeram mais de vinte mortos. Estes confrontos no Natal já custaram, desde 1987, cerca de 3500 mortos. Uma guerra surda, em grande medida ligada à política desenvolvida pelo *apartheid*, de dividir para reinar. E que hoje continua a fazer as suas vítimas, objectivamente constituindo um obstáculo, entre outros, nos caminhos agora abertos para a paz, que necessariamente passam pela liquidação do *apartheid*.

Afeganistão: conversações secretas entre o governo e a oposição

Representantes do governo afegão estão a levar a cabo negociações secretas com a oposição, inclusive com elementos da sua ala fundamentalista, declarou Nadjmuddin Kaviani, vice-presidente e membro do Comité Executivo do Partido da Pátria.

Kaviani tomou várias vezes parte nessas negociações confidenciais por incumbência do partido que antigamente se chamava Partido Democrático Popular do Afeganistão, e de que é líder o presidente afegão Najibullah.

No entanto, nos últimos dias a situação à volta de Cabul voltou a agravar-se. Segundo os serviços de informação do exército afegão, os rebeldes armados têm estado a tentar reconquistar posições no distrito de Pagman, junto a Cabul.

Sete grandes grupos actuam na zona, com um total de 9 450 efectivos.

Em Moscovo, o porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros, Iuri Gremitskikh, afirmou que o agravamento da situação no Afeganistão está ligado à mudança no governo do Paquistão, ocorrida esta semana, e à deterioração da situação no Golfo Pérsico.

Três forças mantêm contactos com Cabul sem os revelar: os agrupamentos «moderados» de Pershawar (Paquistão), a «Aliança dos Nove», que tem a sua sede no Irão, assim como os tecnocratas que vivem na emigração, nos países ocidentais.

A essas forças juntam-se os comandantes de campo, muitos dos quais, com os seus homens, já colaboraram com as autoridades no interior do Afeganistão.

Durante o último ano e meio, oitenta mil rebeldes passaram para o lado do governo afegão.

A confidencialidade destas negociações mantém-se por exigência da Oposição.

«Os primeiros contactos secretos com os representantes dos agrupamentos da oposição decorreram num ambiente de tensão», disse Kaviani. «Mas realizados cinco-seis encontros a atmosfera tornou-se completamente outra — amistosa em muitos aspectos».

Até ao fim do ano de 1990 os contactos directos e abertos com a Oposição tornar-se-ão realidade, e no ano que vem, a luta entre o Partido da Pátria e os seus apoiantes e as forças da oposição será política, diz.

«O governo de Cabul compreende os problemas que enfrentam os oposicionistas no quadro das negociações», diz Kaviani.

«Até agora no escalão supremo da direcção da Oposição era costume ter uma atitude clara face a Cabul — guerra até à vitória completa — mas hoje em dia são poucos, entre as figuras influentes dos rebeldes, aqueles que acreditam numa vitória militar».

Kaviani sublinhou que o governo do Afeganistão, no caso do início das conversações directas, está pronto a abordar a questão da criação duma Comissão conjunta eleitoral e de lhe atribuir a categoria de Ministério.

Essa comissão terá que elaborar o projecto duma nova Constituição e de uma Lei Eleitoral. Se os fundamentalistas tentarem impedir o trabalho construtivo no sentido do restabelecimento da paz no Afeganistão ficarão num isolamento óbvio, considera.

Kaviani não excluiu também outra variante para os acontecimentos, no quadro da qual, os extremistas, ao sentirem-se ultrapassados, modificarão a sua linha, escolhendo a via de cooperação com Cabul.

Um papel particular cabe aos EUA, intimamente ligados à Oposição afegã. A influência norte-americana estende-se a todos os agrupamentos que estão numa oposição activa a Cabul, afirma Kaviani.

Junto do «Governo provisório dos mujaheddin» no Paquistão há uma representante da administração americana, Peter Thomson, que uma vez terminada a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, em 1989, tenta unir as diferentes organizações da oposição.

«Se os Estados Unidos realmente estão interessados em alcançar uma solução para o Afeganistão, convinha que contribuíssem para que os oposicionistas, deixando de lado os seus preconceitos ideológicos, tomem posição sobre a "legalização" das negociações com Cabul», afirma o dirigente afegão.

O governo de Cabul, o Partido da Pátria — são realidades indiscutíveis da sociedade afegã contemporânea. E isso também tem que ser reconhecido — não existe outra via, afirma Kaviani.

Situação socioeconómica na Polónia

A situação socioeconómica na Polónia continua a degradar-se segundo os autores de uma análise preparada para o convénio dos Sindicatos polacos (CPS). Segundo os seus cálculos, as receitas reais da população no primeiro semestre do ano corrente sofreram uma baixa de 31 por cento em relação ao mesmo período do ano passado. Na base de uma baixa geral de todos os tipos de receitas da população, encontra-se a queda em 63,7 por cento dos rendimentos proporcionados pela produção agrícola.

Isto provoca uma situação em que os rendimentos de quase 50 por cento das famílias dos trabalhadores se encontram abaixo do mínimo nacional.

Nacional

GOLFO

Tensão mantém-se com mais armas e «guerra santa»

A tensão no Golfo mantém-se, sem que se esbocem caminhos para uma solução. Ocupado o Koweit, com a sua enorme riqueza em petróleo, Hussein aposta na demagógica e perigosa linguagem das «guerras santas». Simultaneamente, a imensa concentração de armas no Golfo, em particular dos Estados Unidos, constitui objectivamente um perigo, criando terreno propício ao deflagrar de conflitos que só poderiam tornar a situação ainda mais difícil e uma possível solução política mais longínqua.

Da ONU já veio entretanto uma chamada de atenção. As Nações Unidas não impuseram um bloqueio no Golfo contra o Iraque, e apenas elas «por meio de resoluções do Conselho de Segurança, podem decidir realmente um bloqueio», fez questão de sublinhar o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar.

Declarações que vêm a propósito do anúncio, por parte dos Estados Unidos, de que dispararíam sobre qualquer navio que recusasse parar e fugisse ao embargo. Posição perigosa que, só por si, poderia, de um momento para outro, agravar mais ainda a perigosa tensão que se vive na zona.

«Guerra santa»

Entretanto, a «guerra santa» parece estar na ordem do dia, no Iraque. Fórmula já bem antiga de mobilizar populações em defesa de interesses que estarão bem longe de ser os seus.

Saddam Hussein prega agora a austeridade ao povo, para vencer as suas próprias batalhas. «Teremos então todos os potenciais — diz — para dominar todas as forças juntas do demónio e todas as que se lhe juntarem nos próximos dois meses».

Dirigindo-se às mulheres, a quem aconselha a organizar orçamentos domésticos de austeridade (que à partida já não será pouca...), o presidente iraquiano invoca objectivos religiosos. «Libertação de Jerusalém, Meca e Medina, é este o vosso objectivo», afirma.

Note-se que o Iraque vive uma situação económica muito difícil, em grande medida fruto da guerra com o Irão. A dívida externa eleva-se a 70 mil milhões de dólares. Cerca de metade desta dívida foi contraída junto dos estados árabes do Golfo. E Saddam Hussein parece querer «amortizá-la» de forma particularmente «original» e... perigosa.

Mas a «guerra santa» não se circunscreve, naturalmente, às fronteiras do Iraque. Invocando a presença de tropas estrangeiras no Golfo, em particular norte-americanas — o que naturalmente não pode ser visto com bons olhos pelas populações dos países da zona, o presidente iraquiano afirma ser dever dos árabes «declarar uma guerra santa contra as tropas estrangeiras». Num apelo implícito a possíveis revoltas populares (de que entretanto se assumiria como líder, muito embora no seu país se distinga pela repressão das forças progressistas), Hussein diz: «Irmãos árabes, muçulmanos e crentes em Deus, onde quer se encontrem, chegou o vosso dia».

Um apelo demagógico e oportunista, que tem entretanto razões fundas para ser ouvido numa zona onde se arrastam situações tão graves como a da ocupação dos territórios palestinianos ou a guerra no Líbano. A somar à miséria que ombreia os luxos alimentados pelo petróleo.

Iraquianos em Bassorah. A figura de Saddam Hussein presente por toda a parte

A divisão árabe

«Onde estão os acordos árabes? Onde estão os acordos do Golfo? Onde estão os acordos islâmicos? Ó irmãos de sangue e de língua, irmãos pelo arabismo e o Islão, ergam-se connosco! É o Koweit que vos chama». Este o último apelo lançado ao mundo árabe pela rádio «Aqui Koweit», momentos antes de ser silenciada pelas tropas invasoras do Iraque.

A verdade é que, ao longo de todo este processo, a desunidade árabe tem ficado particularmente evidente. O que não é surpreendente. As rivalidades e divisões inter-árabes não são novas, e explicam em grande medida os patentes desencontros nas posições assumidas. A que haverá que somar um outro factor — os receios que pode inspirar o facto de o Iraque deter de longe o maior Exército da zona. Um milhão de homens, 5500 carros de combate, 3500 peças de artilharia, 500 caças bombardeiros e 160 helicópteros de combate.

A Cimeira extraordinária dos líderes árabes, realizada no Cairo, acabou por aprovar uma resolução, em que se apoia a proposta do presidente egípcio Mubarak, de enviar uma força militar para a Arábia Saudita. A Cimeira adoptou também as resoluções da ONU e exigiu o restabelecimento da soberania do Koweit.

Mas não houve unanimidade. A resolução foi aprovada com os votos contra do Iraque, OLP e Líbia, a abstenção da Argélia e do Iémen e a reserva da Mauritânia, Jordânia e Sudão.

O campo está aberto, quer à perigosa concentração de mais armas na zona, em particular dos Estados Unidos, quer ao atiçar de posições extremistas. Em Amã, os fundamentalistas islâmicos distribuem comunicados ameaçadores, que paralelamente reafirmam valores particularmente retrógrados.

Com os americanos, diz-se nos panfletos, «a mulher poderá abandonar o lar sem a permissão do esposo e os filhos sem a do pai».

A posição dos comunistas iraquianos

O Partido Comunista Iraquiano «condena categoricamente a invasão do Koweit e pede a imediata retirada do Exército» — foi esta a primeira reacção dos comunistas iraquianos à invasão do Koweit pelas tropas de Hussein.

Segundo um representante do Partido Comunista Iraquiano (PCI), em Paris, os diferendos apontados por Saddam Hussein para justificar a intervenção (o traçado das fronteiras, o preço do petróleo e uma eventual pilhagem de petróleo iraquiano pelo Koweit) poderiam ser resolvidos através de negociações. Para o PCI, «a intervenção militar iraquiana cria uma situação muito grave. Vai criar um novo foco de tensões na região, provocar intervenções estrangeiras e gerar novos conflitos. Ela é contrária aos interesses dos povos árabes».

O PCI considera que deve ser encontrada uma solução no quadro da Liga Árabe, e pronuncia-se contra toda e qualquer intervenção militar estrangeira para resolver a crise. Por outro lado, é favorável a severas medidas económicas contra o Iraque, considerando que se o embargo for realmente aplicado, pode obrigar Saddam Hussein a concessões, tendo em conta a gravidade da crise económica no Iraque.

Saddam Hussein precisa urgentemente de liquidez, e essa é mesmo uma das razões que o levaram a intervir no Koweit, país rico, que ele sempre considerou como uma província do Iraque. As outras razões são a fuga para a frente face ao crescente descontentamento e às exigências de democracia no país, e ainda a ambição de Saddam Husseim de se tornar dirigente do mundo árabe.

O PCI afirma-se particularmente preocupado com a sorte de milhares de democratas iraquianos — entre os quais os comunistas — que se refugiaram no Koweit nos anos 70. Alguns deles já terão sido presos e levados para Bagdad, onde correm o risco de ser pura e simplesmente executados.

Reacções internacionais

● Moscovo «prossegue os seus contactos com o Iraque a todos os níveis, incluindo ao mais alto nível, para que o Iraque compreenda que a sua forma de agir não é construtiva», informou, em conferência de imprensa em Moscovo, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Yuri Gremitskikh.

«Há que prosseguir os esforços diplomáticos para que sejam cumpridas as resoluções das Nações Unidas», sublinhou o porta-voz soviético, que fez questão de «tornar claro que Moscovo aceitou o facto de as tropas enviadas para a Arábia Saudita serem consideradas como forças de defesa, de se tratar de uma medida temporária e de que se retirarão quando já não forem precisas».

● O governo angolano condenou, a invasão do Koweit pelo exército do Iraque considerando-a uma violação dos princípios que regem as relações entre Estados soberanos.

«O governo angolano condena a invasão do Koweit pelo exército do Iraque por constituir uma violação das normas e dos princípios que regem as relações entre Estados soberanos, nomeadamente a Carta das Nações Unidas e do Movimento dos Países Não-Alinhados» precisa a declaração, divulgada em Luanda.

«A invasão iraquiana apenas contribui para o agravamento da tensão política e militar no Médio-Oriente, e contraria os esforços que se desenvolvem actualmente com vista ao estabelecimento de uma paz duradoura e para a regularização pela via do diálogo dos conflitos que assolam aquela região conturbada do Golfo», sublinha o documento.

Apela-se também às partes envolvidas para regressarem à mesa de conversações com vista a encontrar uma solução negociada para o conflito e à comunidade internacional para que desenvolva esforços para o restabelecimento da paz a região.

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Na Imprensa diária e na Rádio vão aparecendo cada vez mais apelos à liberdade de criação, de informação, de investigação, mais louvores ao moderno e ao progresso contra o caduco. A censura é o inimigo Nº 1 apontado.

Carvalhão Duarte («República» de 25-5-57) afirma: «Uma imprensa limitada à função de louvaminhar o Poder e que antes não faça uma crítica viva, justa, construtiva e estimulante não corresponde à nobilíssima tarefa que lhe cabe. Por isso mesmo é liberdade de imprensa que ambicionamos para o jornalismo português e de todo o mundo».

O «Diário de Lisboa» de 6-8-57 transcreve o seguinte passo da «Carta do Direito de Autor» aprovado recentemente num congresso internacional: «A liberdade de criação e de expressão, estreitamente ligada à liberdade da informação e da ciência, é condição indispensável ao cumprimento da tarefa cultural e social dos autores. Liberdade de criação e de expressão significa, em primeiro lugar, para o autor, inteira liberdade na investigação e na comunicação das suas experiências, ideias e sentimentos, concretizados numa obra».

Quem não se tenha dado conta destas reivindicações que leia no semanário «Gazeta do Sul» a entrevista com o jovem poeta João Rui de Sousa, 1º prémio dos Jogos Florais Universitários e do Dia do Estudante, que se refere às «excessivas restrições postas à expressão do escritor» para concluir que «a liberdade é o único clima onde o artista e o escritor podem verdadeiramente criar»; ou recorde a mensagem de Aquilino Ribeiro aos microfones de Rádio Clube Português; ou leia ainda «O Século» de 11-8-57, onde o jornalista Adelino Mendes se refere à «desactualização humilhante» em que o nosso país se encontra no campo musical.

Se nos voltarmos para o teatro vemos o actor Rogério Paulo a manifestar-se contra «as formas que levem a mutilar ou a proibir a divulgação das obras de arte» (...), «principal barreira asfixiante do espectáculo teatral», e a jovem actriz Carmen Dolores, entrevistada na Rádio, declarar que a sua maior aspiração é «ver o teatro, a rádio e o cinema mais desenvolvidos» para neles «termos possibilidades de fazer aquilo de que gostamos».

(«Os intelectuais reclamam liberdade de criação e de expressão» - «Avante!», VI série, nº 241, 2ª quinzena de Agosto de 1957)

AVANTE!

«Bertholt Brecht, dramaturgo e poeta alemão falecido em 14 de Agosto de 1956, director (com sua mulher, a grande actriz Helene Weigel) do Berliner Ensemble, companhia de Teatro da Alemanha Oriental e um dos melhores agrupamentos do mundo, legou-nos uma obra de carácter verdadeiramente popular e o mais significativo exemplo de um intelectual que se entregou inteiramente à causa do Povo. Dele disse Jorge Amado: «Ele mostrou-nos como aliar - numa perfeita unidade - o conteúdo eminentemente popular à forma mais original. Demonstrou que o *popular* e o *intelectual* não são parcelas opostas: ensinou-nos como se pode ser um escritor do Povo conservando o mais alto nível intelectual. Não confundiu nunca simplicidade e simplismo, popular e popularucho; não aceitou nunca a tese segundo a qual para atingir as grandes massas humanas e para se ser compreendido por elas é preciso descer na escala intelectual, abandonar a procura de novas formas ou limitar os sentimentos e a realidade» (...).»

(«Homenagem a Bertholt Brecht» - «Avante!», VI série, nº 240, 1ª quinzena de Agosto de 1957)

Agenda

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 869
17 de Agosto de 1990
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Desta vez a obra é para ficar

TV O Programa

Sexta 17

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu** (72º epis.)
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Guerra e Paz** (3º epis.)
14.20 - **O Mar e a Terra** (6º epis.)
14.50 - **Bob Marley**
15.45 - **A Cegonha Negra**
16.10 - **A Ilha** (1º e 2º epis.)
17.45 - **O Mundo Animal**
18.10 - **Brinca Brincando**
19.30 - **Jogo de Cartas**
20.00 - **Telejornal**
20.35 - **Boletim Meteorológico**
20.50 - **Roda de Fogo**
21.40 - **Wolf** (6º epis.)
22.40 - **A Magia de Paul Daniels**
23.25 - **Chefe, Mas Pouco** (27º epis.)
23.50 - **24 Horas**
00.20 - **Remate**
00.30 - **Pela Noite Dentro** - «O Cão Assassino», real. Harvey Hart (EUA, 93 min.)

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.30 - **Espaço Infantil**
14.55 - **Filhos e Filhas**
15.20 - **Agora, Escolha!**
16.50 - **Herois** (últ. epis.)
17.15 - **Aventura do Silêncio** (5º epis.)
17.40 - **1º Andamento**
18.10 - **Zircus**
18.40 - **O Meu Pé de Laranja Lima** (últ. epis.)
19.15 - **Espaço Infantil**
19.55 - **Via Rápida**
20.05 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - **Jornal das Nove**

21.30 - **O Pagador de Promessas** (3º e 4º epis.)
23.00 - **Campeonato Mundial de Basquetebol**
00.30 - **Rotações**
01.30 - **Haja Música**

Sábado 18

RTP1

09.00 - **TV Rural**
09.25 - **Espaço Infantil**
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Moscow Music and Peace Festival** (3ª parte)
14.05 - **Lendas e Factos da História de Portugal** (2º epis.)
14.35 - **Sessão da Tarde** - «Terra Sangrenta», real. Jacques Tourneur (EUA/1955, 95 min.)
16.15 - **Cortejo Etnográfico das Festas da Sra. da Agonia**
17.40 - **Vivamúsica**
18.20 - **Ouro Negro** (4º epis.)
19.15 - **Nem o Pai Morre...** (7º epis.)
19.45 - **Totoloto**
20.00 - **Jornal de Sábado**
21.30 - **Campion** (2º epis.)

•22.30 - **The Beach Boys** - «25 Years Together»
24.00 - **Cinema da Meia Noite** - «As Mãos do Estripador», real. Peter Sasdy (GrB/1971, 190 min.)

RTP2

09.00 - **Desenhos Animados**
09.30 - **O Parceiro Ideal**
12015 - **Caminhos**
10.50 - **Zona Jazz**

11.40 - **Um Lar para os Animais**
12.25 - **A Arte no Mundo das Trevas** (últ. epis.)
13.00 - **Tauromaquia**
13.35 - **Cine-Sábado** - «Annie, Missionária no Klondike», real. Raoul Walsh (EUA/1936, 75 min.)
15.00 - **Estádio**
19.00 - **Primeiro Jornal**
19.15 - **Canção de Coimbra Anos 80** (últ. progr.)
19.50 - **Boa Esperança** (3º epis.)
21.00 - **Estádio**
23.30 - **Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»**

Domingo 19

RTP1

09.00 - **Espaço Infantil**
11.30 - **70x7**
12.00 - **Missa**
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Bairros Populares de Lisboa**
13.35 - **Nem o Pai Morre...** (8º epis.)
14.00 - **Oito e Oitenta** (9º progr.)
15.20 - **Aqui D'Elrock** (festival de música rock na Caparica - III)
16.30 - **Flores de Portugal**
17.25 - **Primeira Matinée** - «Grace Kelly», real. Anthony Page (EUA/1983, 95 min.)
19.00 - **McGyver** (45º epis.)
20.00 - **Jornal de Domingo**
20.30 - **Boletim Meteorológico**
20.40 - **Querido John** (21º epis.)
21.10 - **Mercadores das Trevas** (2º epis.)
22.10 - **Domingo Desportivo**

RTP2

09.00 - **Música n'América**
10.00 - **Troféu**
13.00 - **Espaço Infantil**
14.20 - **Novos Horizontes**
14.40 - **O Reino do Atlântico** (2º epis.)
15.30 - **Imagem e Imagens**
16.00 . **Quem Sai aos Seus...**
16.30 - **Troféu**
19.00 - **Primeiro Jornal**
19.15 - **Vestígios do Passado** (2º epis.)

20.15 - **A Bela e o Monstro**
21.00 - **Artes e Letras** - «Ingres»
21.50 - **Cineclube** - «Piedosa Mentira», real. Max Ophuls (França/1939, 79 min)
23.00 - **Lusitânia Expresso**

Segunda 20

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Sete Filhos** (últ. epis.)
14.20 - **A Água e a Vida** (9º epis.)
14.45 - **Festival de música de expressão portuguesa em Arganil**
15.45 - **Casa de Irene**
16.15 - **Buck Rogers**
17.00 - **O Mundo Animal**
17.30 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**

20.15 - **Roda de Fogo**
21.10 - **Jogos Sem Fronteiras**

22.45 - **Dadah - Elos Fatais**
23.40 - **24 Horas**
00.10 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.20 - **Os Supergatos**
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.50 - **Fora de Horas**
17.30 - **A Irmã Kate** (8º epis.)
18.00 - **Loriot** (4º epis.)

18.45 - **Ti-Ti-Ti** (telenovela brasileira, 1º epis.)
19.15 - **Espaço Infantil**
19.55 - **Via Rápida**
20.05 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Documentário**
22.15 - **Bailado**

Terça 21

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Dallas**
14.15 - **Rotas do Extremo Ocidente** (5º epis.)

14.40 - **Paul Simon**
16.00 - **Pais e Filhos** (7º epis.)
17.15 - **O Mundo Animal**
17.30 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Roda de Fogo**
21.05 - **Primeira Página**
22.05 - **Saracen** (6º epis.)
23.00 - **24 Horas**
23.30 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.20 - **Os Supergatos**
14.45 - **Espaço Infantil**
14.45 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.45 - **Os Novos Caça-Fantasmas** (39º epis.)
17.10 - **Zircus**
17.55 - **No Rasto dos Animais Selvagens**
18.45 - **Ti-Ti-Ti** (2º epis.)
19.15 - **Espaço Infantil**
19.55 - **Via Rápida**
20.05 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Cinemagazine**
21.50 - **Cinemadois** - «Os Primos da América», real. Philippe Constantini (França/1985, 72 min.)

Quarta 22

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
11.00 - **Missa**
12.05 - **A Gata Comeu**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Clínica Geral** (23º epis.)
14.20 - **Estrada Larga** (8º epis.)
14.45 - **Genesis**
15.45 - **A Casa de Irene**
16.15 - **Acção em Miami** (7º epis.)
17.05 - **O Mundo Animal**
17.30 - **Brinca Brincando**
18.30 - **O Sítio do Picapau Amarelo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Roda de Fogo**
21.05 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.25 - **Lotação Esgotada** - «Os Eleitos», real. Philip Kaufman (EUA/1983, 185 min.)
00.45 - **24 Horas**
01.15 - **Remate**

RTP2

14.00 - **Primeiro Jornal**
14.20 - **Os Supergatos**
14.45 - **Espaço Infantil**
15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
17.00 - **O Liceu Degrassi**
17.25 - **O Menino Doutor** (9º epis.)
18.45 - **Ti-Ti-Ti** (3º epis.)
19.15 - **Espaço Infantil**
19.55 - **Via Rápida**
20.05 - **Clássicos da TV** - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Três Moedas para Sarah** (série, 1º epis.)
22.25 - **Século XX** - «A História de Klaus Barbie» (3º epis.)
23.15 - **Fados do Fado** (2º progra.)

Filmes

«O Chão Assassino» - 6ª, 00.30, RTP-1
«Annie, Missionária no Klondike» - sáb., 13.35, RTP-2
«Terra Sangrenta» - sáb., 14.35, RTP-1
«As Mãos do Estripador» - sáb., 24.00. RTP-1
«Grace Kelly» - dom., 17.25, RTP-1
«Piedosa Mentira» - dom., 21.50, RTP-2
«Os Primos da América» - 3ª, 21.50, RTP-2
«Os Eleitos» - 4ª, 21.25, RTP-1

Música

Quinta
14.40, RTP-1: **Kid Creole and The Coconuts**
19.55, RTP-2: **Via Rápida**

Sexta
14.50, RTP-1: **Bob Marley**
19.55, RTP-2: **Via Rápida**
01.30, RTP-2: **Haja Música**

Sábado
13.10, RTP-1: **Moscow Music and Peace Festival** (3ª parte)
15.35, RTP-1: **Vivamúsica**
19.15, RTP-2: **Canção de Coimbra Anos 80**
22.30, RTP-2: **The Beach Boys**

Domingo
09.00, RTP-2: **Música n'América**

Segunda
19.55, RTP-2: **Via Rápida**

Terça

14.40, RTP-1: **Paul Simon em Madrid**
19.55, RTP-2: **Via Rápida**

Quarta
14.45, RTP-1: **Genesis**
19.55, RTP-2: **Via Rápida**

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (23.55), 6ª (00.25), 2ª (00.10), 3ª (23.00), 4ª (01.15)
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.10
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 16.30

Teatro O Cartaz

LISBOA

1º Acto, Rua Eduardo Pedroso, 16-A, Algés. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fado, a Navalha e a Guitarra ou a História da Rosa Enjeitada**, de D. João da Câmara, encen. Fernando Gomes, pelo Grupo Persona.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. 6ª e sáb. às 22. **O Regresso de Bucha e Estica**, encen. Mário Viegas.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

CASCAIS

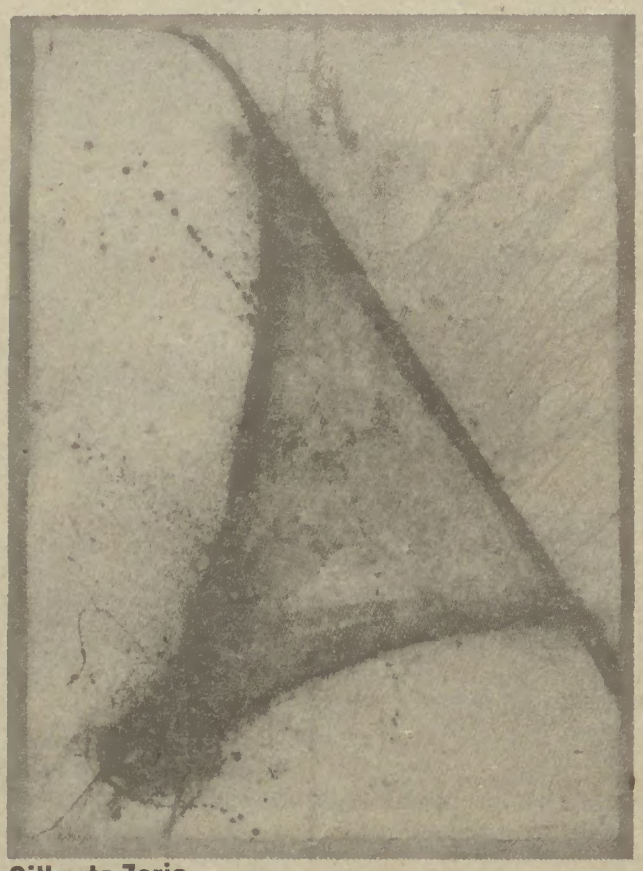
Teatro Mirita Casimiro, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. às 16. **Rei Lear**, de Shakespeare, enc. Carlos Avilez, pelo TEC

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

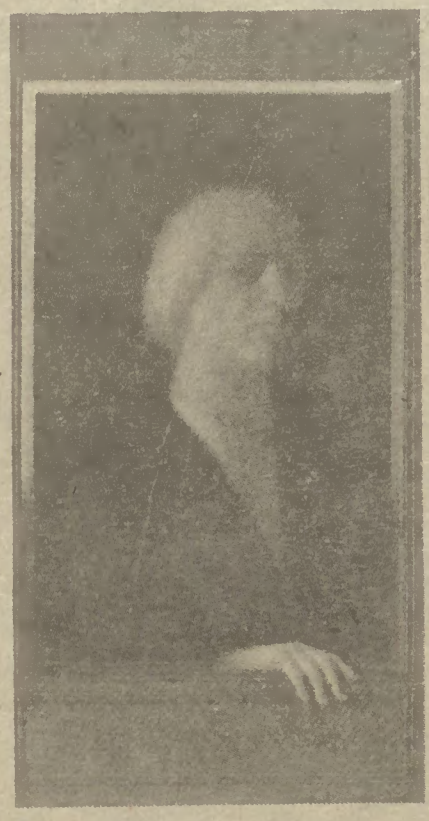
Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico

Uma iniciativa de edições Avante! e Editorial Progresso

Exposições



Gilberto Zorio



Eduardo Luís

António Areal - exposição retrospectiva (1934-1978). Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 7/9

Arte Suiça Contemporânea. Fundação Gulbenkian/CAM (galerias de exposições e parque). 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 9/9.

Azulejos do Metro - mostra dos azulejos de autor que decoram as estações do Metro de Lisboa: trabalhos de Maria Keil, Cargaleiro, Júlio Pomar, Sá Nogueira, Rogério Ribeiro, Eduardo Nery, Vieira da Silva. Museu do Azulejo, Rua Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até 14/10)

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro)

Colectiva (pintura de Graça Morais, Menez, António Dacosta, entre outros). Galeria 111, Campo Grande, 113 (até fim de Setembro)

Colectiva de desenho (Bual, Hogan, Lima de Freitas, Dourdil, Stuart, Tom). Ditec-Espaço Arte, Av. da Igreja, 46-A (até 15/9)

Colectiva de Gravura - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

Colectiva de Pintura e Desenho. Galeria DN, R. António Maria Cardoso, 41 (até fim de Agosto)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

Eduardo Luiz - retrospectiva de pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 2/9.

Evocação de Ivone Silva. Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10.

«90 Anos de Arte Moderna Portuguesa» (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

Miguel Mira - Pintura e desenho. Biblioteca Nacional, Campo Grande (inaugura 3ª feira)

Onofre da Silva - Pintura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2ª a sáb. das 9.30 às 13 e das 15 às 19 (até 18/8)

Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

Saldanha da Gama - Pintura e desenho. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c.

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18).

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

«Verão» - colectiva (Álvaro Rosendo, Edgar Massul, João Miguel, José Drummond, Manuel San Payo, Mariana Viegas, Miguel Tolentino). Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 2/9)

Vítor Ribeiro - Aguarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10.

PORTO

«A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro» - documentos originais (sécs. XII-XIX), pinturas, gravuras. Casa do Infante, Rua da Alfândega, 8. De 2ª a 6ª das 14.30 às 17.30, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30.

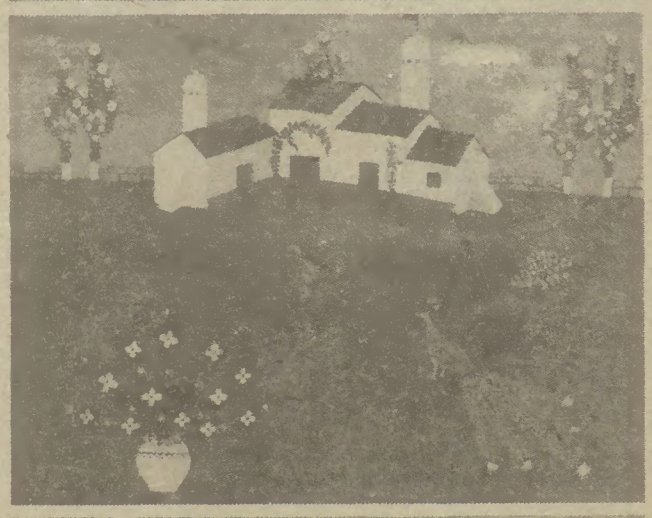
Arte Efémera na Paisagem - exposição de espantalhos. Parque de Serralves (até 29/9)

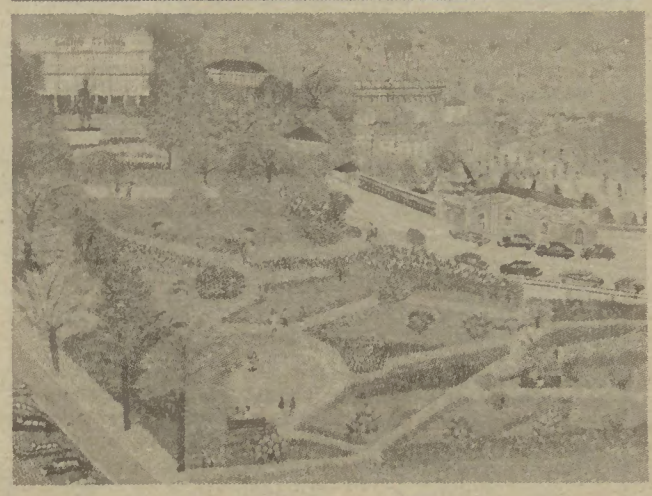
Gilberto Zorio - Esculturas recentes, instalação. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977 (até 2/9)

Cartazes de homenagem a Vincent Van Gogh - exposição internacional. Casa de Serralves, R. de Seralves (até 2/9)

Exposição Colectiva de Sócios da Árvore (trabalhos de cerca de 70 artistas). Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 14 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30 (até 31/8)

Pedro Tudela - Pintura. Galeria Atlântica, Rua Galeria Paris, 67. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30.





Pintura naïf no Estoril

OUTRAS LOCALIDADES

João Cutileiro - «Cavaleiros», esculturas. Centro Cultural S. Lourenço, ALMANCIL

Cabrita Reis - «Alexandria», instalação. Até 28/8, Convento de S. Francisco, Lg. D. Nuno Alvares Pereira, BEJA

Exposição Colectiva de Pintura Naturalista. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

X Salão Nacional de Pintura Naif. Até 24/9, Galeria de Arte do Casino, ESTORIL

3ª Bienal Internacional de Óbidos - pintura. Até 2/9, ÓBIDOS

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ

Rui Vasquez - Pintura e cerâmica. Até 9/9, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA.

Cinema — A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ata-me!	—	★★	—	★★
B	Jules e Jim	—	★★★★	★★★★	★★★★
C	Na Corda Bamba	—	★★	—	★★★
D	O Regresso ao Futuro III	—	—	—	★★
E	O Triunfo do Espírito	—	★	—	★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Pedro Almodovar – **Amoreiras/9** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); **Las Vegas/2** (15.30, 18.45, 21.45); **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Quarteto/2** (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) – **Lisboa.**

B — Real. François Truffaut — **Forum Picoas** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — **Lisboa.**

C — Real. John Badham — **Alfa/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **Amoreiras/6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); **S. Jorge/3** (15.30, 16.45, 19.00, 21.15).

D — Real. Robert Zemeckis — **Alfa/1** e **Amoreiras/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Apolo 70, Londres, Mundial/1** e **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Berna** (15.15, 18.00, 21.30); **Fonte Nova/2** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); **Império** e **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.30) — **Lisboa.**

E — Real. Robert M. Young — **Amoreiras/7** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — **Lisboa**

Tempo — Fim de Semana

Sábado e domingo, céu muito nublado ou limpo, nortada no Litoral Oeste durante a tarde.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

CHÓCOLO *(COLOMBIA) in «Voz» – 16-7-87*

a TV

O quê, a culpa é nossa?

Portugal já está a arder. Impressionantes os espectáculos do fogo que a televisão a toda a hora (pode dizer-se, quase sem exagero) nos oferece. Isto depois de isso mesmo ser considerado negativo por várias pessoas conhecedoras do fenómeno. Segundo elas, as imagens alimentam sentimentos mórbidos, bem capazes de despertar vontades criminosas. Não o disseram em particular. Disseram-no diante das câmaras de televisão - que fez ouvidos de mercador...

Certamente, outros responsáveis da floresta do nosso país (de alguns sei que foram ostensivamente marginalizados por motivação política e não profissional...) também já disseram que uma das principais causas dos incêndios reside na falta de limpeza das matas, não só devido à emigração, mas também devido às limitações que sobre as populações se exerceram...

Que se fez para, diante da realidade, enfrentá-la com êxito? O governo diz que sim, que se fez muito, e há meses houve até quem dissesse que este ano, ah, este ano, o fogo ia encontrar quem lhe desse luta! Saltaram números, palavras, demagogia. Para que todos os portugueses saibam, nós (ou seja, nós, o governo...) gastámos dois milhões de contos em meios de combate...

Dois milhões de contos: uma soma astronómica. Afinal, a locutora do **Jornal da Tarde** diz-nos que, só na região do Tâmega, os prejuízos rondam os dez milhões...

Isto é que é um governo previdente...

Ora há mais. A RTP foi ouvir Fernando Real, o ministro dos ambientes. E que disse ele, num cenário de fogo e fumo? Candidamente, disse que a situação se tornava difícil «pois os meios são escassos...».

Assim mesmo: é um membro do próprio governo que se queixa, a nós, da escassez de meios como se a culpa fosse nossa!!!

Certos ministros são verdadeiras anedotas apenas porque Cavaco Silva transformou autênticas anedotas - em ministros...

Se Lisboa fosse pequenina...

Em Bergen, na Suécia, num fabuloso castelo da região, reuniram-se vários sábios para discutirem a respeito de várias questões momentosas. Fizeram daquilo quatro emissões. A primeira foi dedicada à «exploração demográfica» e a alguns problemas do ambiente. Com algumas informações curiosas. Por exemplo: **Calcula-se que um indivíduo nos Estados Unidos que chegue aos 80 anos gastara 21 mil toneladas de petróleo. Cada ano são atiradas para a atmosfera sete mil milhões de toneladas de carbono, provindo cerca de metade dos países industrializados, que detêm apenas 23 por cento da população mundial...**

Apontou-se uma solução: os países industrializados deviam comer menos carne; evitar os desperdícios; reciclar; poupar energia; andar menos de automóvel e mais de bicicleta.

Os países do terceiro mundo deviam usar um rigoroso planeamento familiar, para evitar o aumento da população.

John Forgé, professor universitário dos Camarões, lembrou que a questão era outra. O planeamento nada resolveria, se a pobreza continuasse - e a verdade é que as riquezas dos países pobres revertem a favor dos países ricos que se habituaram a uma exploração desenfreada.

Ponto de vista do capitalismo, dirigindo-se aos povos do terceiro mundo: se vocês gastarem tanto como nós, a Terra acaba.

Dado que nós não queremos deixar de viver como vivemos e não queremos viver como vocês vivem e vocês não podem viver como nós vivemos, o melhor é vocês serem poucos, para haver equilíbrios...

Hipocrisia e descaramento. O que eu acho graça é que algumas sumidades «recicladas» andem para aí a dizer que a solução está no capitalismo! Os próprios sábios de Bergen reconhecem que o capitalismo poderá resolver as coisas, **se**...

Pois. **Se** Lisboa fosse pequenina cabia dentro de uma caixinha...

Vejam e digam a vossa opinião

«Defende o teu coração. Não vejas o **Telejornal**!» Aqui está um **slogan** que me permito oferecer aos cardeologistas que lutam pela prevenção.

Muitos outros programas há que, por esta ou aquela razão, aconselharia a não ver. Mas hoje prefiro indicar alguns que merecem ser vistos.

Vejam o **Século XX** - se é que, depois daquelas emissões sobre os serviços secretos americanos, o programa não entrou em colapso. Segundo Canal. Quartas-feiras.

Vejam **Sinais dos Tempos**, agora com as tais reuniões de Bergen. Ficaremos a perceber alguma coisinha a respeito de certas coisas. Mas oxalá o painel vá rodando... Segundo Canal. Quintas-feiras.

Vejam «História de Duas Cidades». Dickens, e está tudo dito. A série (às segundas-feiras) dá-nos uma visão histórica do combate entre o velho (o feudalismo) e o novo (a burguesia, no cenário da Revolução Francesa). Primeiro Canal.

Vejam **O Pagador de Promessas** baseado na peça com o mesmo nome, de Dias Gomes. Os maiores nomes da telenovela brasileira. A luta do povo brasileiro (o novo) contra os latifundiários e exploradores (o velho).

Não percam. É às sextas-feiras, no Segundo Canal. E dêem-nos a vossa opinião!

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Preocupações

Reforma, percebe?

«"JL" — Sente-se um cronista influente ao nível da opinião pública, sente-se com influência sobre a opinião pública portuguesa?

V.P.V. — Isso é uma coisa que nunca me preocupa. Nunca pensei nisso e nunca penso nisso. Aliás, na altura em que eu pensar nisso, se eu pensasse nisso, seria um desastre. Passava a escrever coisas absolutamente intoleráveis.

Eu não escrevo para influenciar ninguém, nem me interessa saber se tenho influência ou não. Eu escrevo fundamentalmente porque tenho que ganhar a vida. Se eu não tivesse que ganhar a vida certamente que não escrevia, lia coisas já escritas, que são bem melhores que as que eu sou capaz de fazer. Levava uma vidinha regalAda, aqui a ler coisas.

"JL" — Não leva uma vidinha regalada? Não tem prazer nesta actividade?

V.P.V. — Eu tenho prazer, tenho algum prazer nesta actividade. Mas, devo dizer com toda a franqueza, não tenho prazer suficiente para, se pudesse, continuar a trabalhar.

Eu tenho 50 anos, já me fartei de trabalhar na vida, há muita gente que se reforma aos 55.

Mais ano, menos ano, se pudesse, reformava-me.

"JL" — E o que é que fazia? Não seria, de certeza, para pôr em prática aquele sonho de que fala numa das suas crónicas de passar os dias à janela "de pijama de flanela às riscas, a cuspir para a rua e a ler a 'Bola'".

V.P.V. — Não, não, de maneira nenhuma. Há imensas coisas que me apetece ler.

"JL" — Que coisas, por exemplo?

V.P.V — História, nunca me canso de ler História. Estou sempre a ler História.

Mas como eu dizia, escrevo para ganhar dinheiro, como toda a gente — não sou um parasita — e, em segundo lugar, escrevo para compreender as coisas. E o que me interessa é saber se as compreendi bem ou não.

"JL" — É esse seu espírito "abnegadamente académico" de que falou aqui há tempos numa entrevista?

V.P.V. — Não é abnegadamente académico. Isso é, sim, a única coisa que faz sentido ao escrever: é ver se a gente tenta perceber as coisas. Não é se tenta convencer alguém, é se tenta perceber as coisas.»

(Entrevista de Vasco Pulido Valente ao «Jornal de Letras», 14 de Agosto)

Vá de férias!

«Mais um esforço, mais um dia que passa, as férias que se aproximam e o dia enfim desejado. No entanto a expectativa é sempre muito mais atraente que o acontecimento em si, o do gozo das férias! Porque todo este alvoroço e ansiedade se perdem quando se entra no verdadeiro "relax". Os idealizados dias de férias que equivalem a um repouso mais ou menos salutar! E elas acontecem no momento exacto em que o calor começa a consumir de uma forma enervante o corpo e a alma; no momento em que tudo e todos já não se entendem e a má catadura surge num inferno de nervos, e porque o trabalho já não se aguenta.

E lá se vão, os felizes, de cabelos ao vento, no gargalhar do vento a quebrar as distâncias e a pensar, gozando o delicioso momento, de que se deveria sair mais vezes, quebrar de igual modo a rotina... Seria tudo mais fácil, como acontece na política... E mesmo assim lá vão dando uns encontrões quando o acaso não os faz tropeçar igualmente uns nos outros... Agora sem os "passeios" vejam o que acontece na humanidade em geral! O habitual pandemónio do navio parado...

Mas estas sim é que são as férias, meu bem, e porque elas existem de facto para todos, então porque se espera? Você por acaso já as gozou? Então não fique invejoso e deixe os outros irem também...

... E para ali está tudo estendido a ver quem fica mais condizente no bronze, sem medir o perigo de que tanto se fala e aliás tanto têm as autoridades alertado. Atenção às peles se não as querem peladas e sem jeito! E lá se vão embrulhando todos nas mesmas ondas, na mesma água e nas várias praias. A humanidade contrafeita em perfeita comunhão com a natureza e com todos, dando as mãos numa união de facto e não de direito político. Lindo!

Quando acaba este prazer tudo recomeça logo porque o não pensar, o não barafustar, o não invejar, nestes dias solarengos abençoados por Deus têm apenas um tempo! E neste paraíso de areal chamado, lá se vão divertindo no jogo, no banho, na conversa amena, na música apetecível, e para muitos gozando com os olhos nessa visão do paraíso com o insano Adão e a tentadora Eva assim multiplicados numa visão apoteótica do verdadeiro milagre! E para todos os gostos e apetites...

No campo outras delícias, outras venturas, outros ares tão condizentes para um igual bem-estar com os rios e riachos e ribeiras que correm perto. Estes pequenos cursos de água que enlevam e conduzem o indivíduo para outra pacatez e outro êxtase, pelo luxuriante verde envolvente e que chega à alma e ao cérebro...

Chegam as férias! E há os que regressam e há os que partem. Uns exuberantes, outros ansiosos. O mundo sempre nesta constante da vida a que o indivíduo não resiste e consegue resistir assim vivendo e permanecendo...

Enfim as férias!»

(Isabel Ribeiro Monteiro, no «Correio da Manhã», 14 de Agosto)

À americana

«Um terço dos americanos dedica à habitação uma parte de tal forma importante do seu rendimento, que já não têm posses para se tratar, alimentar, ou vestir correctamente, de acordo com um estudo publicado pelo Instituto de Política Económica.

Cerca de 78 milhões de pessoas estão incluídas, num aumento de 42 por cento em relação aos dados de 1970, afirma o autor do estudo, Michael Stone, professor de Assuntos Sociais na Universidade de Massachusetts, em Boston.

Como regra geral, considera-se que um casal tem dificuldades em arranjar habitação se tiver de dar mais de 25 a 30 por cento dos seus rendimentos. Na opinião de M. Stone, a habitação é prioritária para a maioria dos casais, sendo as outras despesas feitas de acordo com as disponibilidades financeiras.

Em 1987, último ano a que o estudo se refere, 42 por cento dos inquilinos e 22 por cento dos proprietários tinham dificuldades financeiras, devido essencialmente ao elevado custo das habitações.

Os casais incluídos no estudo gastavam em média, até esta data, 290 dólares por mês a mais do que o seu rendimento permitia.»

(«A Capital», 13 de Agosto)

Não caia em qual?

«Quando se inventaram os preservativos, há mais de 100 anos, não se pensou, de certo, na diversificação que passaria a existir. Em algumas marcas ela abunda. Os melhores exemplos são a *"Control"* e a *"Durex"*, nada monótonas. Além da *"normal"*, a primeira tem seis variedades: o *"fantasia"*, o *"sensor"*, o *"tanto"*, o *"forte"*, o *"sento"* e o *"retardante"*.

Joga-se, essencialmente, com o aumento das sensações através da diminuição da espessura, da colocação de estrias e de retardantes do prazer. O *"Durex"* tem cinco variantes: o *"extra-suave"*, o *"fetherlite"*, o *"elite"*, o *"arouser"* e o *"fiesta"*. Esta última variedade é a mais original, por incluir um *"sortido de preservativos de cores brilhantes"*. A *"Armony"* possui o *"senitive"*, que é extrafino, e uma outra variedade recentemente lançada: o *"dupla acção"* que além de ter pontos estimulantes, prolonga o prazer.

A Beirsborf está a testar nos seus laboratórios em Hamburgo os chamados *"preservativos afrodisíacos"*, com aromas e cheiros. Mas a Farsana não pensa nessa hipótese, uma vez que isso implica a utilização de produtos químicos, nocivos à saúde. Tal não implica que em países como a Noruega não existam já lojas de venda exclusiva de preservativos. Aí os sabores abundam: há de morango, banana, coco, limão, alperce, menta e mistura de frutas. Alguns são mesmos fosforecentes...

Os preservativos mais recomendados, no entanto, segundo fontes médicas, são o *"Durex"*, o *"Shields"* e o *"Control"*, todos na sua forma *"standard"*, visto serem testados em laboratórios de qualidade.»

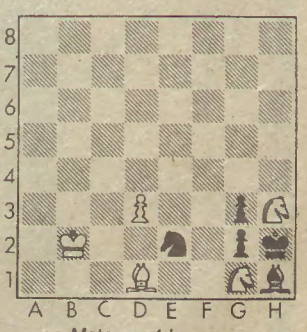
(«O Independente», 10 de Agosto)

Xadrez

CCLXVI – 16 de Agosto de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 266/A
Por: P. A. ORLIMONT
(Pseudónimo de : ERNST KRIEGER)
«11 300 Deutsches Wochenschach», 2.II.1913

Pr.: [5]: Ps.g2, g3-Cé2-Bh1-Rh2
Br.: [5]: Pd3- Cs.g1, h3-Bd1-Rb2

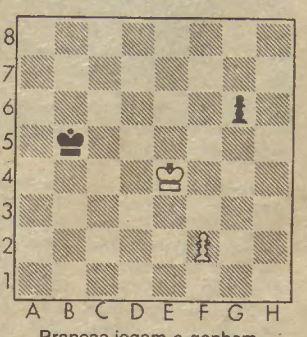


Mate em 4 lances

* * *

PROPOSIÇÃO N.º 266/B
Por: J. DOBIAS
«Narodni Listy», 1926

Pr.: [2]: Pg6-Rb5
Br.: [2]: Pf2-Ré4



Brancas jogam e ganham

* * *

SOLUÇÕES DO N.º CCLXVI

N.º 266/A (P.A.O.): 1. Ba4; C:g1; **2.** Cg5 e **3.** Cf3+ e **4.** Bd7 ++ **Se: 1.** Bb3?, Cf4!

N.º 266/B (J.D.): 1. Rd4!, Rç6; **2.** Ré5!, Rç5; **3.** f4, Rç4; **4.** Rf6, Rd3; **5.** R:g6, e g. **Se: 1.** Rd5?, Rb4!; **2.** Rd4, Rb3!; **3.** f4, Rç2 =

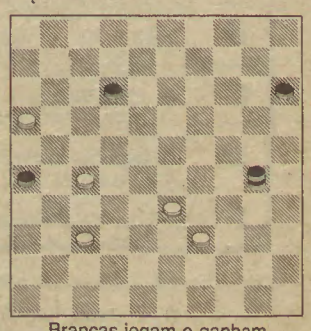
A. de M.M.

Damas

CCLXVI – 16 de Agosto de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 266
Por: C. MANOURY – 1770

Pr.: [4]: 12-15-26-(30)
Br.: [5]: 16-27-33-37-39



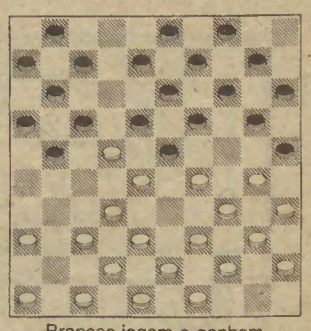
Brancas jogam e ganham

* * *

GOLPE N.º 266
Por: BENEDITUS SPRINGER – Janeiro, 1927

Pr.: [20]: 1-3-4-6-7-8-9-10-11-13-14-15-16-17-18-19-20-21-23-25

Br.: [20]: 22-28-29-30-32-34-35-36-37-38-39-40-42-43-44-45-46-47-48-49



Brancas jogam e ganham

* * *

SOLUÇÕES DO N.º CCLXVI

N.º 266 (C.M.): 27-21!, (30x31), 21-17 (12x21), 16x36 +

Golpe N.º 266 (B.S.): 1. 30-24 (19x30), 28x19 (13x33), 22x2=D B+ **1.** ... (18x27), 29x18 (13x33), 24x2=D B+

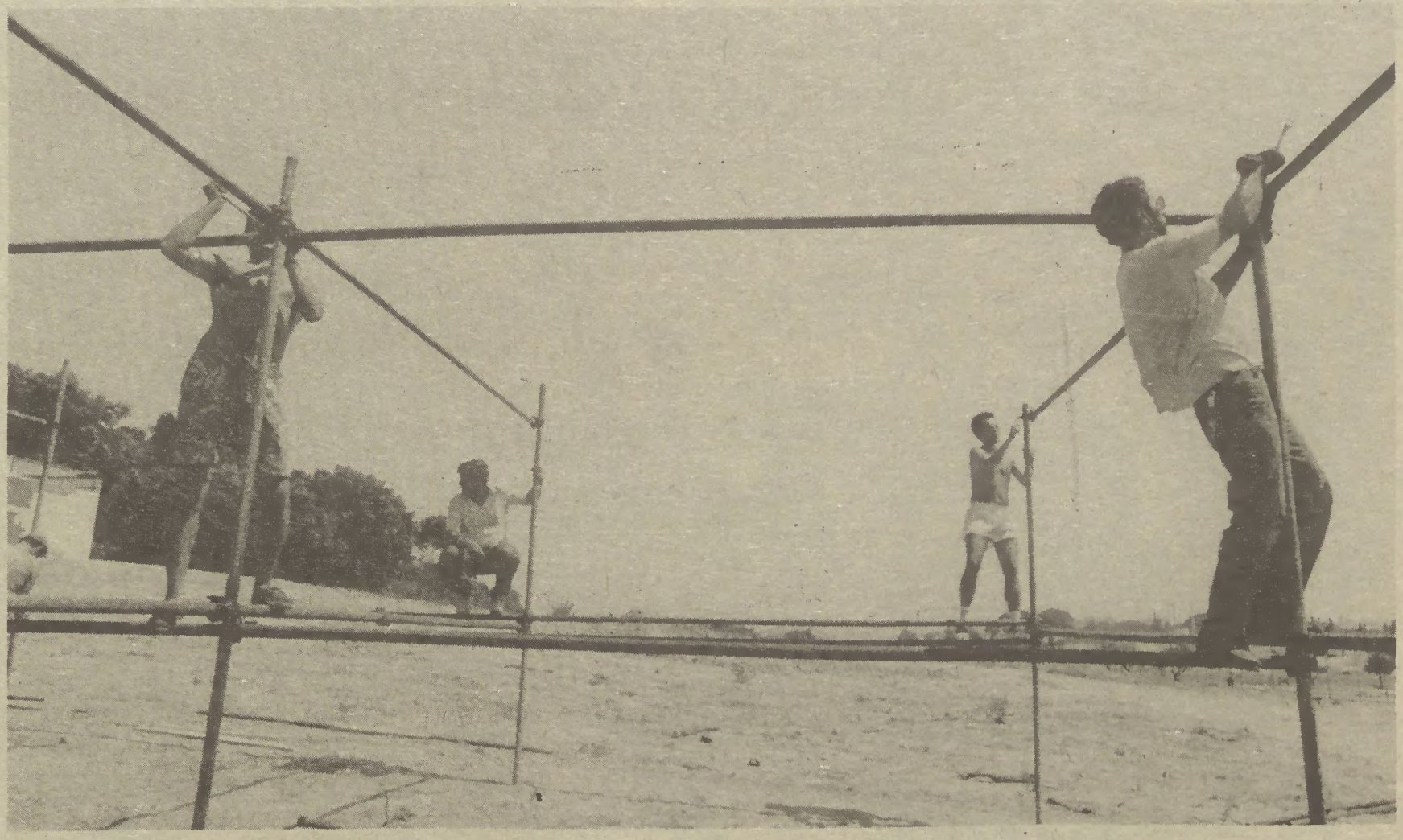
A. de M.M.

Avante festa!

AMORA-SEIXAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO

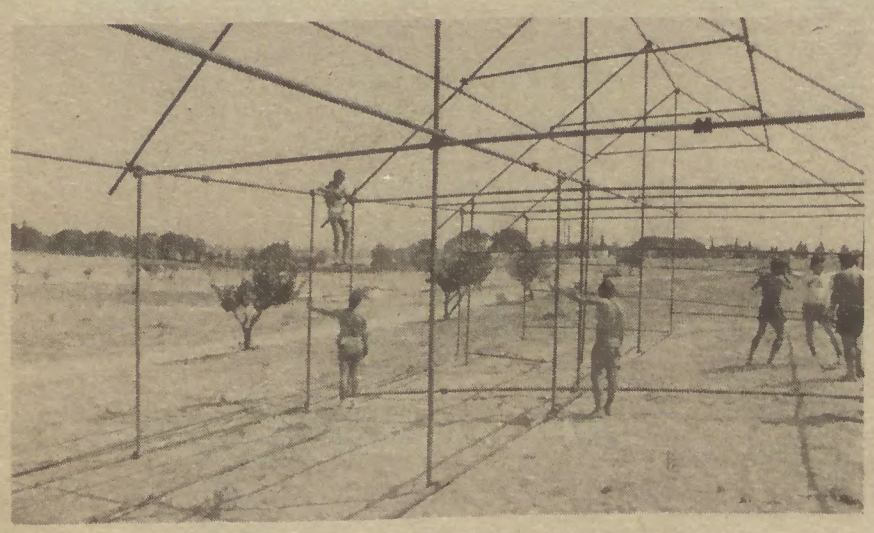
Avante!
Director
António Dias Lourenço
SUPLEMENTO N.º 9
17 de Agosto de 1990
Não pode ser vendido separadamente

O trabalho que

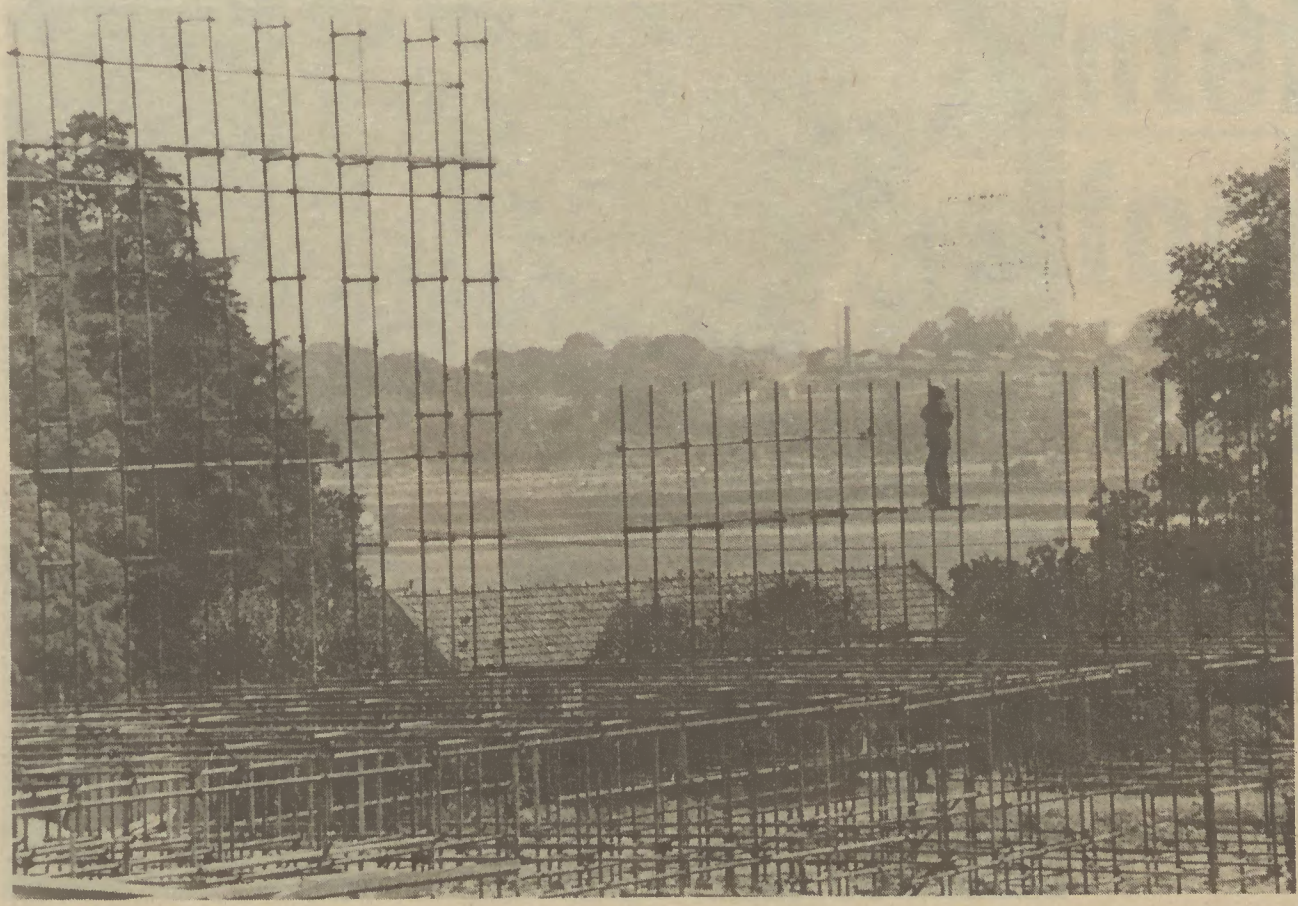


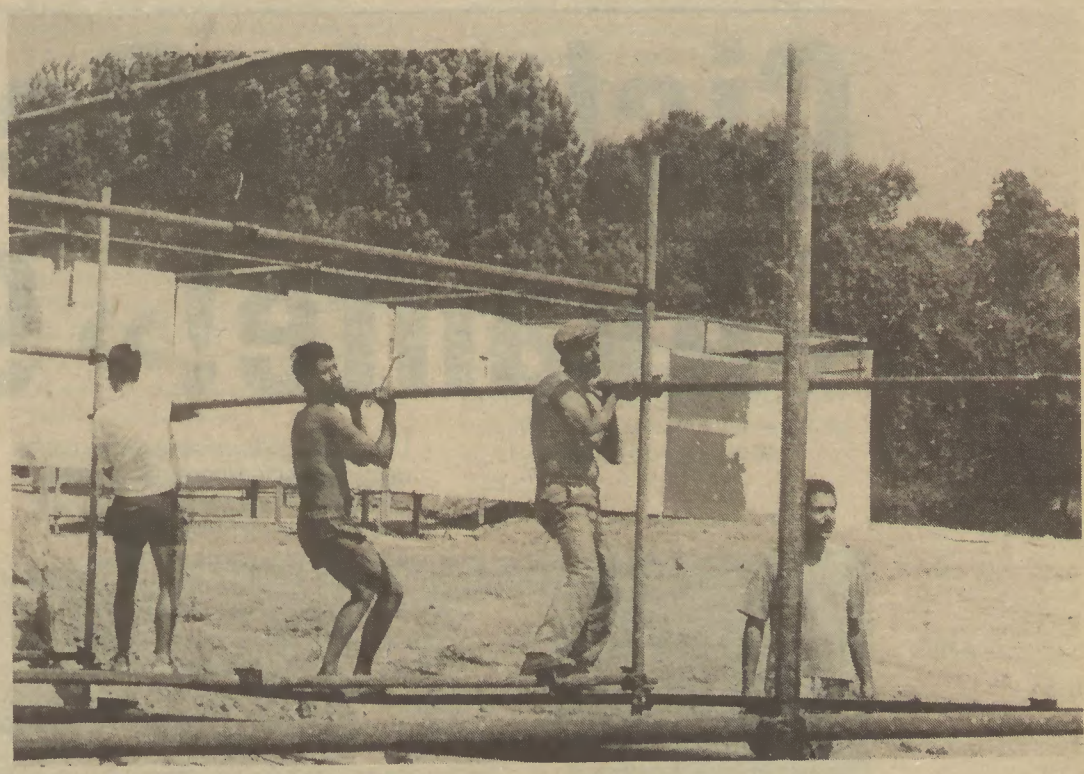
Até agora, até há poucas semanas, tem sido obra enterrada. Isto é, aquela que não se vê, mas sem a qual nada funciona perfeitamente à superfície. Esgotos, canalização de água, infra-estruturas eléctricas. Mas desta vez o principal desta obra é para ficar, e tem sido feita com o particular orgulho de quem sabe estar a trabalhar em terra nossa, a dar alicerce e fundamento não apenas à próxima festa, mas às festas do futuro.

No entanto, de há dias a esta parte, a festa já pode ver-se a crescer. E já entrou na fase decisiva. Quem lá foi no fim-de-semana passado apercebeu-se não só da participação crescente de muitos camaradas e amigos — algumas centenas por lá passaram a dar à festa uma ou mais jornadas de trabalho — como também viu sair, das suas mãos e das dos outros, um esqueleto de ferro que já começou a cobrir-se com a «carne» dos painéis.
O palco 25 de Abril já mostrava a sua estrutura em fase de acabamento, algumas organizações regionais completaram também o trabalho de tubo, outras seguirão, a Juventude desta vez vai adiantada. E assim por diante, de semana a semana, o belo terreno da Atalaia torna-se numa cidade entre o fresco verde das árvores, com o Tejo ao fundo e Lisboa a espreitar no horizonte.
Há no entanto muito, mesmo muito a fazer, para recuperar algum atraso decorrente de obras de fundo sem as quais foi difícil começar a construção da festa. Faltam muitas horas de trabalho, muitos braços e muito boa vontade.
Todos podem dar uma ajuda. São precisos carpinteiros, claro, e montadores de tubo, e canalizadores. Mas também são necessários todos aqueles que, não possuindo uma especialização, podem dar uma preciosa ajuda.. Há trabalho para toda a gente. E há condições no local para que cada camarada ou amigo que venha não fique de mãos a abanar.
Já agora, uma opinião de quem por lá passou: o apoio aos que trabalham está bem organizado, é fácil encontrar que fazer, os serviços de apoio correm bem. E até a água lá do terreno é fresca. Isto porque o calor aperta...
É tempo de férias, já se sabe. Mas muitos amigos não deixam mesmo de dar ao Partido e à Festa alguns desses dias de lazer. Não apenas aos fins-de-semana. É possível, mesmo nos dias úteis, ir à Atalaia, participar nesta construção que é de todos nós.
Finalmente, uma recomendação a propósito: sendo o terreno de todos, sendo este terreno da Festa uma propriedade do Partido, é necessário protegê-lo e conservá-lo melhor do que se de cada um em particular fora. Proteger os espaços verdes, as árvores, os caminhos, as construções. Há mesmo algumas zonas que serão especialmente protegidas. Para que se não degradem.
Portanto, ao trabalho! Para muitos de nós, até ao próximo fim-de-semana. Ou mesmo, porque não, até amanhã! É que só faltam 3 semanas!



a Festa dá!





Comício da Festa: domingo, 17 horas

Ciclo de Debates «Avante!» 90

Um ciclo de oito debates sobre temas de grande actualidade denominado «Avante 90» vai ser promovido este ano nos dias da Festa. São dois os espaços reservados para esta iniciativa: o Forum do Pavilhão Central e o Espaço da Solidariedade na Cidade Internacional.

No Forum do Pavilhão Central, o primeiro debate está previsto para sexta-feira, dia 7 de Setembro, sobre o «Ideal Comunista», e será animado por Vítor Dias, Manuel Gusmão e Henrique de Sousa. No sábado, pelas 13 horas, o tema é « A alternativa existe - eleições presidenciais e legislativas de 1991», e conta com a participação de Carlos Brito, António Andrez, Helena Medina e Manuel Sobral. Logo pelas 18 horas a discussão abordará «Um Portugal soberano num quadro de cooperação» com Agostinho Lopes, João Amaral, Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro. Por fim, às 21 horas de sábado em debate estará a «Situação Social, Mitos e Realidades», em que estarão presentes Domingos Abrantes, Fernanda Mateus, Jerónimo de Sousa e Amélia Pardal.

Para domingo, antes do comício, terá início pelas 15 horas um debate sobre a «Democracia e Direitos dos Cidadãos», que encerrará este ciclo no Fórum do Pavilhão Central e será apresentado por Luís Sá, Carlos Fraião, António Abreu e Odete Costa.

No Espaço da Solidariedade, na Cidade Internacional, às 21 horas de sexta-feira, Octávio Teixeira, Frederico Carvalho e Américo Nunes introduzirão o tema «Capitalismo Hoje». No sábado, pelas 15 horas terá início um debate conduzido por Albano Nunes, Ernesto Cartaxo e Helena Bastos dedicado às «Conquistas Revolucionárias do século XX», seguindo-se pelas 21 horas «As Questões Globais e a Luta de Classes» com Carlos Aboim, Ilda Figueiredo e António Pedro.

Ainda neste espaço, no sábado pelas 16.30, sob o lema «Solidariedade, Sempre!» será lembrada a luta dos povos da África Austral e, no mesmo dia pelas 18 horas, da Palestina. No domingo, terão lugar as sessões de solidariedade com o povo de Timor Leste, às 15 horas, e com os povos da América Central, às 21 horas.

Georg Friederic Haendel

Uma peça especialmente encomendada para a primeira Festa na Atalaia

Haendel, sintetizadores e fogo de artifício

A «Música para Fogos de Artifício Reais»-HWV 351, composta por George Frideric Haendel em 1749, transformou-se num tema musical obrigatório para todos os espectáculos de fogo de artifício, nomeadamente nas últimas décadas, desde que a sua transmissão pôde ser assegurada através de gravações e amplificações sonoras, dispensando o recurso à complexa orquestra definida pelo autor para a primeira apresentação da sua obra.
Criada para acompanhar o lançamento de um gigantesco fogo de artifício no Green Park de Londres em comemoração da assinatura da paz de Aix-la-Chapelle, a «Música para Fogos de Artifício» não deixou de dar alguma polémica na época. Ao autorizar a encomenda e execução da obra, o rei Jorge II impusera a utilização exclusiva de instrumentos militares, de acordo aliás com o seu espírito essencialmente militar. Haendel não esteve de acordo e impôs que a orquestra incluísse também cordas, acabando por fazer prevalecer o seu ponto de vista. A gigantesca formação que em 27 de Abril de 1749 executou a peça contava com 100 instrumentistas - um número desmesurado para as formações da época, mas imposta pela apresentação ao ar livre - 40 dos quais deveriam ser instrumentos de arco. Além deles, 24 oboés, 12 fagotes, 1 contrafagote, 9 trompas, 9 trompetes e percussões.

Ao elaborar-se o programa para a Festa do «Avante!» deste ano, desde logo ocorreu a possibilidade de realizar um espectáculo de fogo de artifício, nomeadamente tendo em conta as favoráveis possibilidades criadas pela proximidade do rio nos terrenos da Atalaia.

Na Festa de 1984, ainda na Ajuda, comemorando o 10º aniversário do 25 de Abril lançou-se também um fogo de artifício, para o qual foi especialmente gravada uma banda sonora transmitida na aparelhagem do Palco «25 de Abril». Essa peça incluía uma introdução do poema «As Portas Que Abril Abriu» de José Carlos Ary dos Santos (retirada da gravação recitada pelo próprio autor, que falecera em Janeiro desse ano), e uma montagem com a marcha «A Life On The Ocean Waves», que se tornara conhecida como o «hino do MFA», e outras composições ligadas à Revolução dos Cravos.
Ao discutir-se a ideia do fogo de artifício neste primeiro ano da Atalaia e tendo em conta a positiva experiência de acompanhar o lançamento com música, surgiu a possibilidade de encontrar uma peça executada na base de instrumentos electrónicos que permitisse o aproveitamento integral da potência sonora da aparelhagem do Palco «25 de Abril».

Na verdade, a possibilidade de exploração de toda a potência de um PA de palco é muito maior quando se usam instrumentos electrónicos que a ele ligam directamente do que quando se utilizam instrumentos que requerem microfones. Neste último caso, corre-se o risco de haver *realimentações* (os chamados *feed backs*), isto é, o som que sai dos altifalantes voltar a ser captado pelos microfones e provocar os guinchos e assobios que por vezes ocorrem. Não havendo microfones não há riscos de *feed backs* e os potenciómetros podem ser abertos ao máximo.

De hipótese em hipótese, a Festa decidiu abordar um dos grupos que em Portugal mais se tem dedicado aos instrumentos electrónicos, o Telectu, composto por Jorge Lima Barreto e Vitor Rua, e propor-lhes a **criação de uma peça original para sintetizadores baseada na composição de Haendel.**

A proposta foi aceite e a peça está concluída, tendo sido já realizada uma primeira audição.
Jorge Lima Barreto e Vitor Rua optaram por uma elaboração com samplers sobre temas da gravação digital em instrumentos da época realizada pela English Concert dirigida por Trevor Pinnock e editada em CD (DDD) pela Archiv Produktion. A estrutura da peça original e dos seus andamentos foi respeitada, desenvolvendo-se e recriando-se os temas mediante sucessivos desenvolvimentos executados ao vivo sobre trechos memorizados digitalmente.

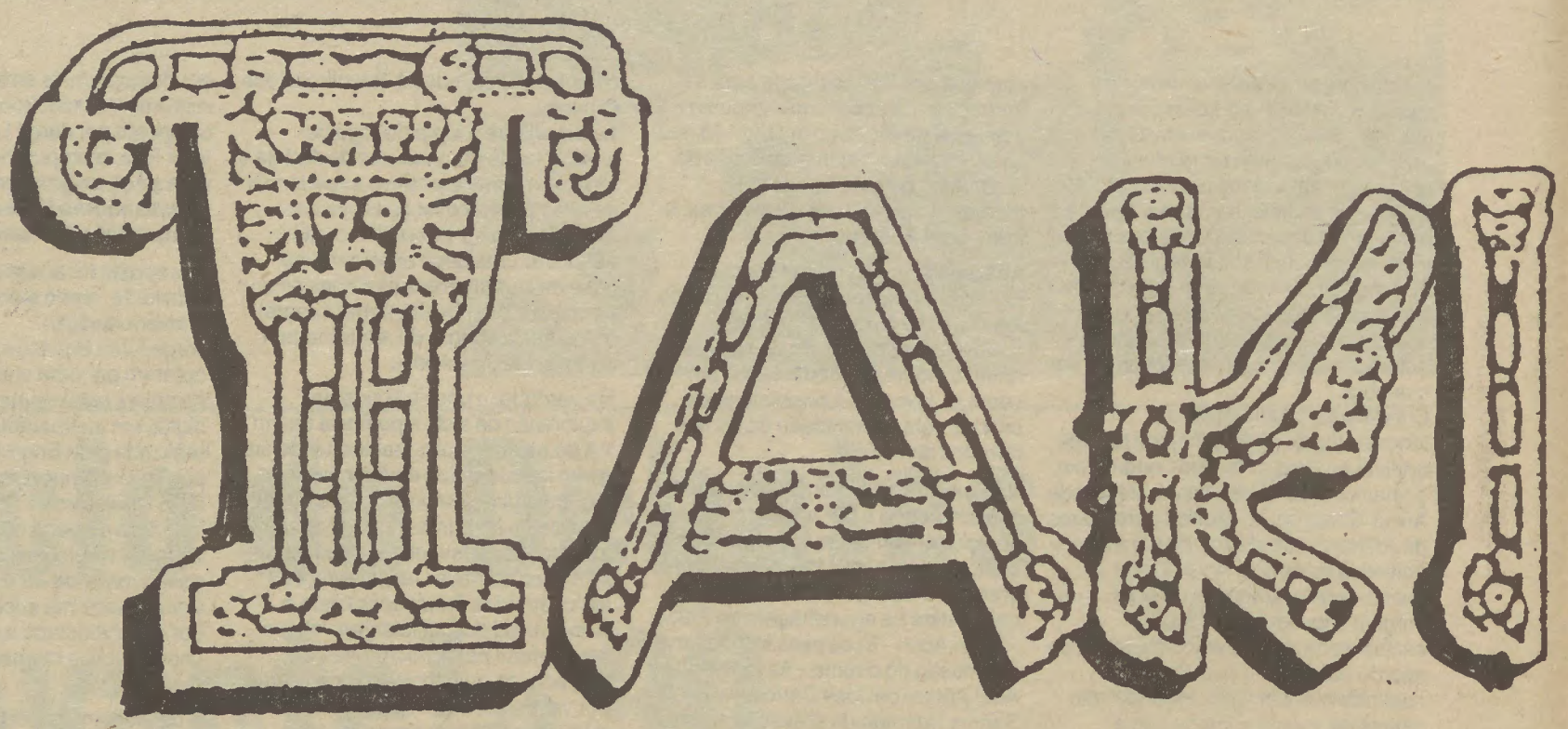
A peça, com uma duração de cerca de 20 minutos, será executada ao vivo pelos Telectu no Palco «25 de Abril» simultâneamente com o lançamento do fogo de artifício na noite de Sábado.

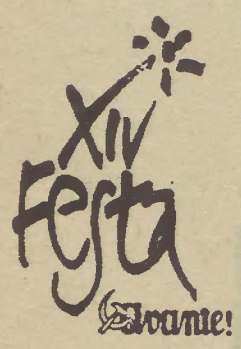
Telectu na Festa com Sei Miguel e Rui Azul

Além da apresentação da peça para fogo de artifício especialmente criada para a Festa, os Telectu darão, no Auditório «1º de Maio», um concerto no Domingo da Festa. Para esta sua apresentação, o Telectu aparecerá aumentado, uma vez que, além de Jorge Lima Barreto e de Vitor Rua, participarão também o trompetista Sei Miguel e o saxofone Rui Azul.
Sei Miguel e Rui Azul têm já trabalhado com os Telectu, mas será a primeira vez que realizarão em conjunto uma apresentação que constituirá assim também uma estreia.

Jorge Lima Barreto e Vitor Rua

Música peruana na Festa do





Takile é o nome de uma comunidade que vive na ilha do mesmo nome, situada no meio do lago Titicaca em plena serrania dos Andes. Dessa ilha tomou o nome um grupo musical hoje considerado uma das grandes certezas da música popular do Peru.

Quem são os Takile

Jorge Luis Cervantes Garnica, de 19 anos, natural de Lima (Peru). Toca charango, ronroco, guitarra, zampoña e pacay e canta

James Gonzalez Farfan, de 20 anos, natural de Huancayo (Peru). Toca guitarra, ronroco e percussões e canta

Wilson Pumacayo Conde, de 25 anos, natural de Trujillo (Peru). Toca zampoña, charango e todo o tipo de instrumentos de percussão

Roberto Apaza Mamani, 24 anos, natural de Puno (Peru). Toca quena, zampoña, charango e toyo e canta

Marco Antonio Medina Falconi, de 19 anos, natural de Lima (Peru) e toca quena, zampoña, chilobna, toyo e percussão e canta

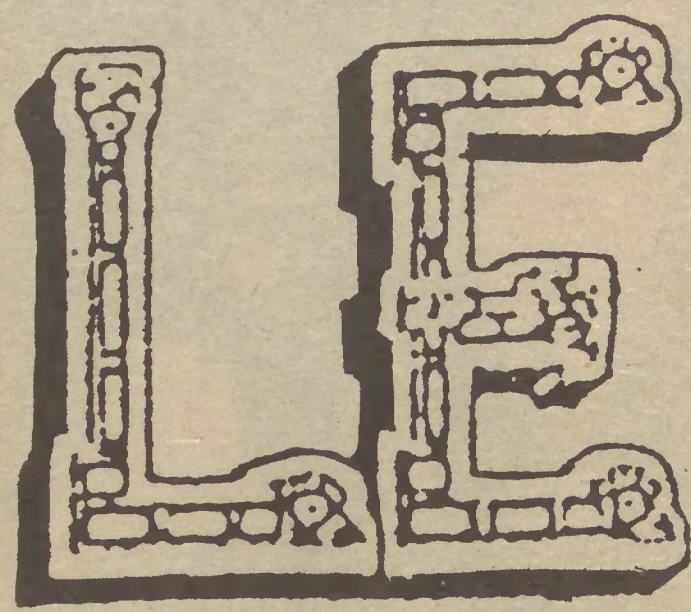
Vic John Castillo, de 19 anos, natural de Lima (Peru). Toca guitarra, charango e ronroco e canta

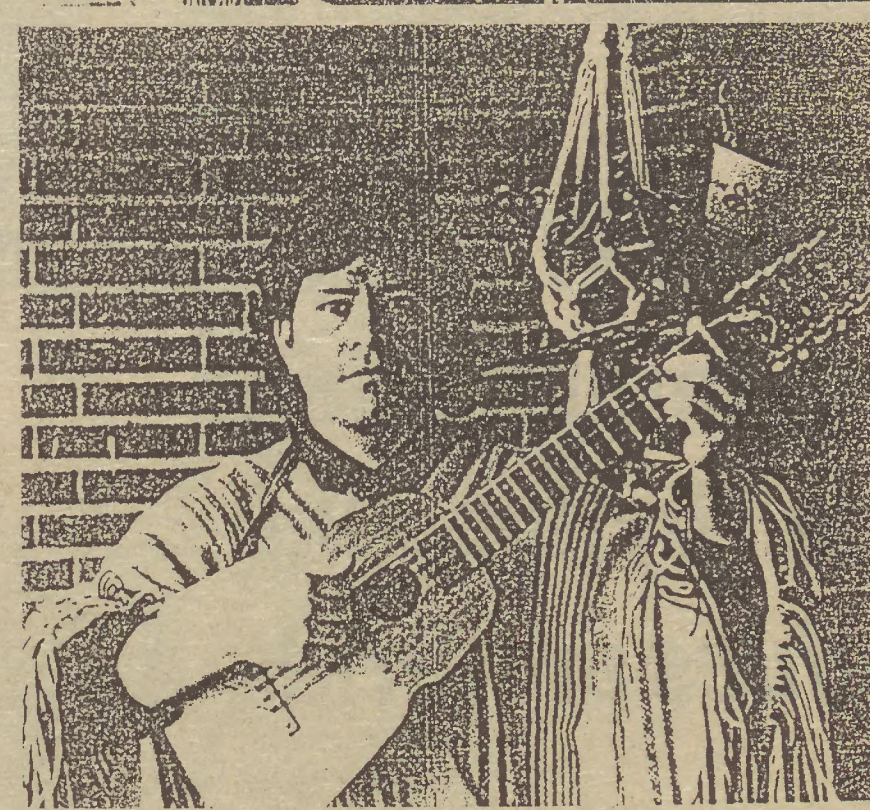
Ninguém descreveu melhor essa cultura vivida por milhões de homens e mulheres, e com ela a sua música, como esse grande artista e intérprete magistral do índio peruano que foi José María Arguedas. Nesse universo mágico e no entanto tão real, em que «cada pedra fala», cantam-se *huaynos* de Querobamba, de Lambrama, de Sañayca, de Andahuaylas, cânticos «dos povos mais remotos». Aos sábados e domingos, nas *chicherías*, toca-se harpa e violino e dançam-se *huaynos* e *marineras*. Os aldeãos pediam o seu *huayno* preferido.

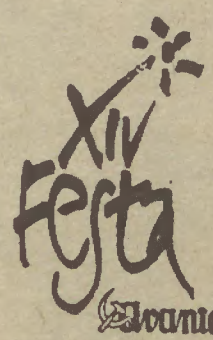
Por vezes, porém, acontecia que o aldeão vinha de terras muito afastadas e diferentes: de Huarez, de Cajamarca, de Huancavelica ou das pronvíncias do Collao e pedia que tocassem um *huayno* completamente desconhecido. Então, os olhos do harpista brilhavam de alegria; chamava o forasteiro e pedia-lhe que cantasse em voz baixa. Era suficiente uma única vez. O violinista aprendia-o e tocava-o; a harpa acompanhava-o. Quase sempre o forasteiro corrigia algumas vezes: «Não; não é assim! Não é assim o seu ar!» Cantava então em voz alta, tratando de impor a verdadeira melodia. Era impossível. O tema era idêntico, mas os músicos convertiam o cântico em *huayno apurimeño*, de ritmo vivo e terno [...]; os do Collao enfureciam-se [...]. «É igual, senhor!», protestava o harpista [..]. Ambos tinham razão.
Arguedas fala-nos também do *pinkuyllu*, a «flauta ameríndia gigante que os índios do Sul tocam durante as festas comunais» e do *wak'rapuka*, o único instrumento cuja voz é «mais grave e poderosa que a dos *punkuyllu*». O som destes grandes instrumentos propaga-se como toda a luz menor, isto é, que não provém do Sol: «o clarão, o relâmpago, o raio, qualquer luz vibrante. Estas espécies de luz com as quais o homem peruano antigo pensa ter ainda relações profundas, entre o seu sangue e a matéria fulgurante». Há ainda flautas — flautas de pã como o *rondador* ou *rondín* — cujo som se projecta «como que para que a música alcance os cumes gelados de onde seria removida pelos ventos, enquanto nós próprios sentíssemos que através da música se aproximava novamente de nós, outra vez feliz».
Como em todas as culturas antigas, a música é mediadora entre o homem e as forças da natureza; por ela, o homem reintegra-se no universo, recupera a unidade perdida; porém, no caso do índio e do latino-americano em geral, esse reencontro possui também um sentimento histórico e ineludivelmente social e político.

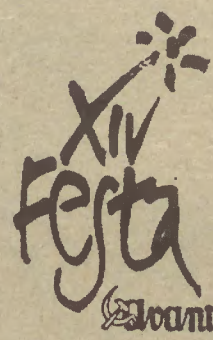
Leonardo Acosta *in* «Música e Descolonização» — Editorial Caminho. Lisboa, 1989

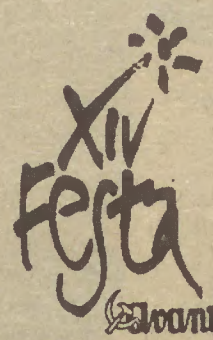
«Avante!»

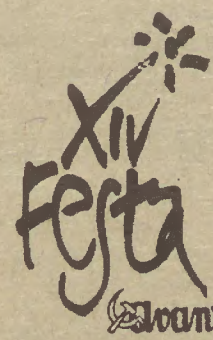


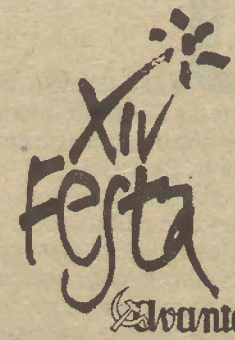












Os Takile participaram recentemente em espectáculos na Galiza que foram gravados e serão transmitidos pela RTP

Otis Grand: guitarra de *rhythm and blues* em estado puro

Steve Winwood chama-lhes «a minha banda de *rhythm and blues* preferida»!

De Otis Grand e os seus Dance Kings diz Steve Winwood que eles são «a minha banda de *rhythm and blues* favorita. Óptimos!».
Um conhecedor, o *bluesman* norte-americano Albert Collins - o homem dos Icebreakers - afirma que Otis é «o mais duro, o maior dedilhador de guitarra que anda por aí».
O jornal «Melody Maker» assegura que «são um espectáculo, uma explosão de fogo de artifício», a «Time Out» garante que são «indiscutivelmente o melhor grupo de blues que temos, vivos e talentosos» e Norman Darwaen, na «Blues & Rhythm» admira-se: «a cena britânica de blues percorreu um longo caminho desde os anos 60 (...) mas eu não tinha realizado quanto avançámos até ouvir «Always Hot», o último disco de Otis Grand».

Este ano a banda de Otis Grand recebeu uma consagração internacional ao participar em praticamente todos os grandes festivais de jazz europeus, do North Sea Jazz Festival ao Boulogne-Billancourt, lado a lado com grupos norte-americanos de primeira linha.
A guitarra de Otis Grand - um inglês que viveu nos EUA onde percorreu o itinerário das bandas de r & b da costa oeste - lidera uma banda onde sobressai um naipe de metais considerado brilhante: o trombone de Mike Seymour, os sax de Tex Lloyd, Andy Dummet e Mike Hobarth e o trompete de Tim Sayers. A eles se junta a bateria de Larry Tolfree, o piano de Tim Richards, o contrabaixo de Dan Quinton e a voz do norte-americano Earl Green.

A banda de Otis Grand começou a dar nas vistas em 1988 quando, depois de espectaculares apresentações em concertos do circuito universitário, clubes londrinos e festivais folk (a sua presença no Womad desse ano deu que falar), gravou o seu primeiro LP, «Always Hot» que seria nomeado para o prémio de Melhor Disco Estrangeiro de Blues atribuído pela Blues Foundation de Memphis. Foi a primeira vez que uma banda de blues britânica recebeu semelhante reconhecimento de uma instituição considerada mais do que ciosa das tradições negras e norte-americanas dos blues e do r & b.
Desde então, Otis Grand tem vindo a consolidar a sua imagem, reconhecendo-se-lhe o particular talento de se manter fiel à pureza do estilo: o poderoso naipe de metais, um piano acústico, uma guitarra eléctrica sem outra coisa que não seja o amplificador e o músico, uma batida dura e um ritmo.

Quando «Always Hot» foi lançado, em Outubro de 88, o consagrado crítico Graham Wilkins escreveu que ele era «o meu disco de 1988 - vai fazer-me dançar até ao Natal»! Otis Grand estará na Atalaia em Setembro - ver-se-á como é!

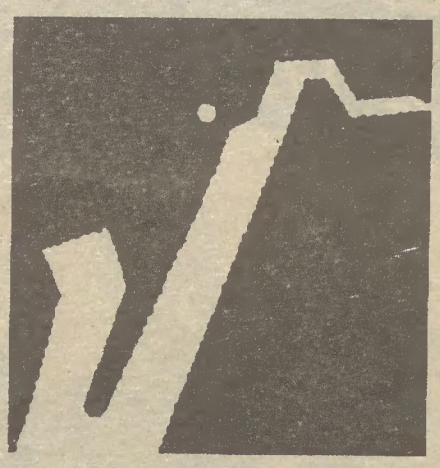
Um crítico inglês chamou-lhes «uma secção de metais como os americanos costumam dizer que só há nas suas orquestras»...

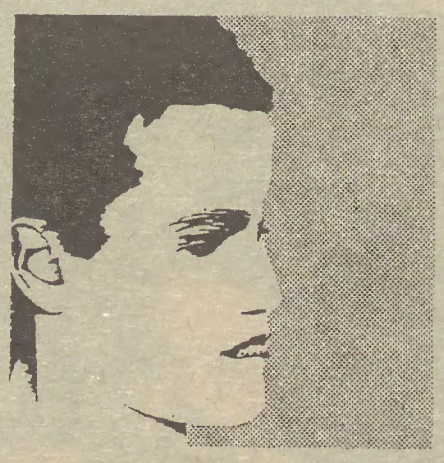
XIV Festa Avante!

Quinteto de António

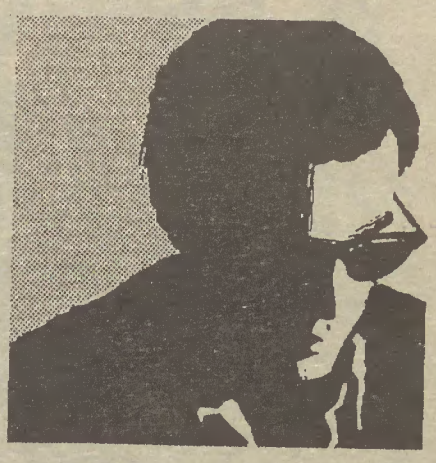
A aposta é complicada, sedutora e, como não podia deixar de ser, polémica!
Agarre-se num quinteto de músicos que já tocaram com tudo o que faz música em Portugal: acompanharam Luís Cília e Tony de Matos, estiveram no GAC com José Mário Branco e no Go Graal Blues Band, tocaram no «Só Nós Três» e com os GNR, com Sérgio Godinho e os Afonsinhos do Condado, com Carlos do Carmo e os Heróis do Mar. Também estiveram com estrangeiros, de Didier Lockwood a Steve Potts.
Depois, todos estes músicos têm uma inclinação comum: o jazz - como não podia deixar de ser. Aliás, muitos deles estão presentemente ligados a mais um esforço de desenvolvimento do jazz em Portugal, a Escola de Jazz do Porto.
Constitui-se então o Quinteto de António Ferro e arranca-se com arranjos de música popular e tradicional portuguesa que vai desde a «Rosinha dos Limões» até ao «Vira da Nazaré».
Resultados?
João Botelho da Silva, a propósito da apresentação do grupo no Jardim da Estrela, em Junho, durante as Festas de Lisboa, escreveu no «Diário de Notícias»:

«Onde acaban os Pauliteiros do Douro e começa a incursão pelas harmonizações eruditas, e daí pelos metais jazzísticos? António Ferro colocou a pergunta, no Jardim da Estrela.
«Recuperar o *jazz* para a música popular portuguesa, ou vice-versa, António Ferro produz um trabalho invulgar, marcado pelo virtuosismo dos músicos (principalmente dele-próprio), em que a música popular portuguesa é ponto de partida para duas linhas paralelas e quase coincidentesa, misturando-se *jazz* com erudição.»
Na Festa do «Avante!» - lá estarão.





António Ferro, 30 anos, baixo eléctrico



João Courinha, 34 anos, saxofone

A música de Cabo Verde na Festa

Paulino Vieira

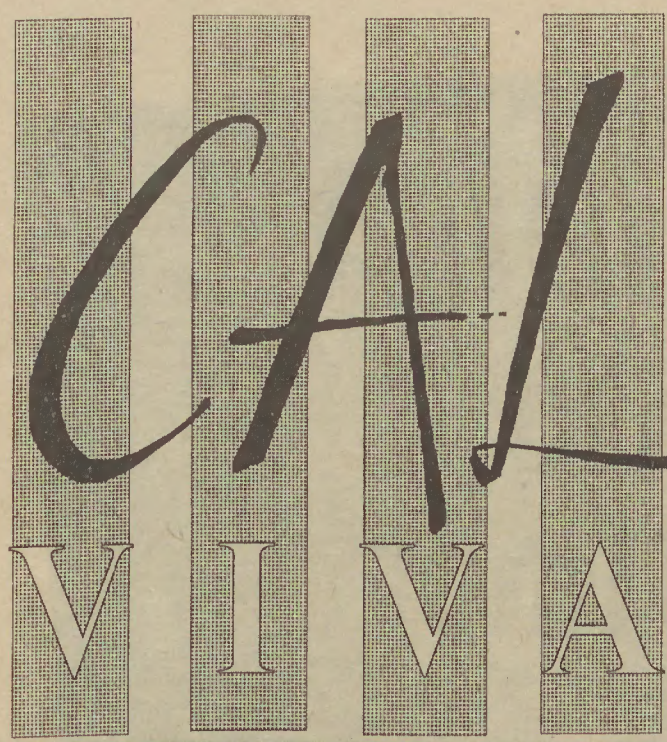
Paulino Vieira é unanimemente considerado como um dos melhores músicos cabo-verdianos a sua participação é práticamente indispensável em todas as gravações de cantores seus compatriotas.
Radicado em Lisboa há anos, Paulino tem dividido a sua vida artística entre o acompanhamento de cantores cabo-verdianos como Dany Silva e Cesária Évora e a actuação com o seu grupo.
Guitarrista de grandes recursos, Paulino Vieira é igualmente o autor de numerosas composições e de arranjos para músicas tradicionais de Cabo Verde.

Ferro

Eduardo Santos, 22 anos, trompete

Claus Nymark, cidadão dinamarquês, 24 anos, trombone

Paleka, 36 anos, bateria



Gilson de Assis

Estreia em Portugal

Enquanto grupo **Cal Viva**, já são conhecidos na Alemanha. Em Portugal, não!

Mas a situação deve-se também ao facto que um dos elementos do grupo, português embora, se fixou na RFA e o conjunto constituiu-se lá, com mais um português que anda cá e lá e um brasileiro que veio de lado de lá do Atlântico para ser professor da Escola de Percussões Latinas de Munique. Em concreto, trata-se do baixista português **Carlos Bica**, do guitarrista **José Peixoto** e do percussionista brasileiro **Gilson de Assis**.

Carlos Bica e José Peixoto são músicos já conhecidos do público português, nomeadamente da área do jazz. Carlos Bica fez parte do quinteto da cantora Maria João e os diálogos de contrabaixo e *scat* constituíram alguns dos mais notados momentos dos concertos realizados há dois anos, entre os quais na Festa do «Avante!». José Peixoto foi responsável de um dos grupos de jazz mais interessantes dos últimos anos, o Shish, que igualmente actuou há dois anos no Auditório «1º de Maio» e compôs para a cantora Maria João alguns dos temas que obrtiveram maior reconhecimento no LP «Conversa», nomeadamente «Quinta das Torrinhas».

Quer José Peixoto, quer Carlos Bica tiveram também intervenções noutras áreas, sendo de salientar que Peixoto integrou o grupo «La Batalla» de Pedro Caldeira Cabral, com o qual Carlos Bica também gravou e a sua colaboração foi igualmente saudada pela crítica no disco «El Fad» de 1988.

A apresentação do **Cal Viva** na Festa do «Avante!» constituirá a estreia em Portugal, admitindo-se que para este espectáculo o grupo possa ainda ser alargado.

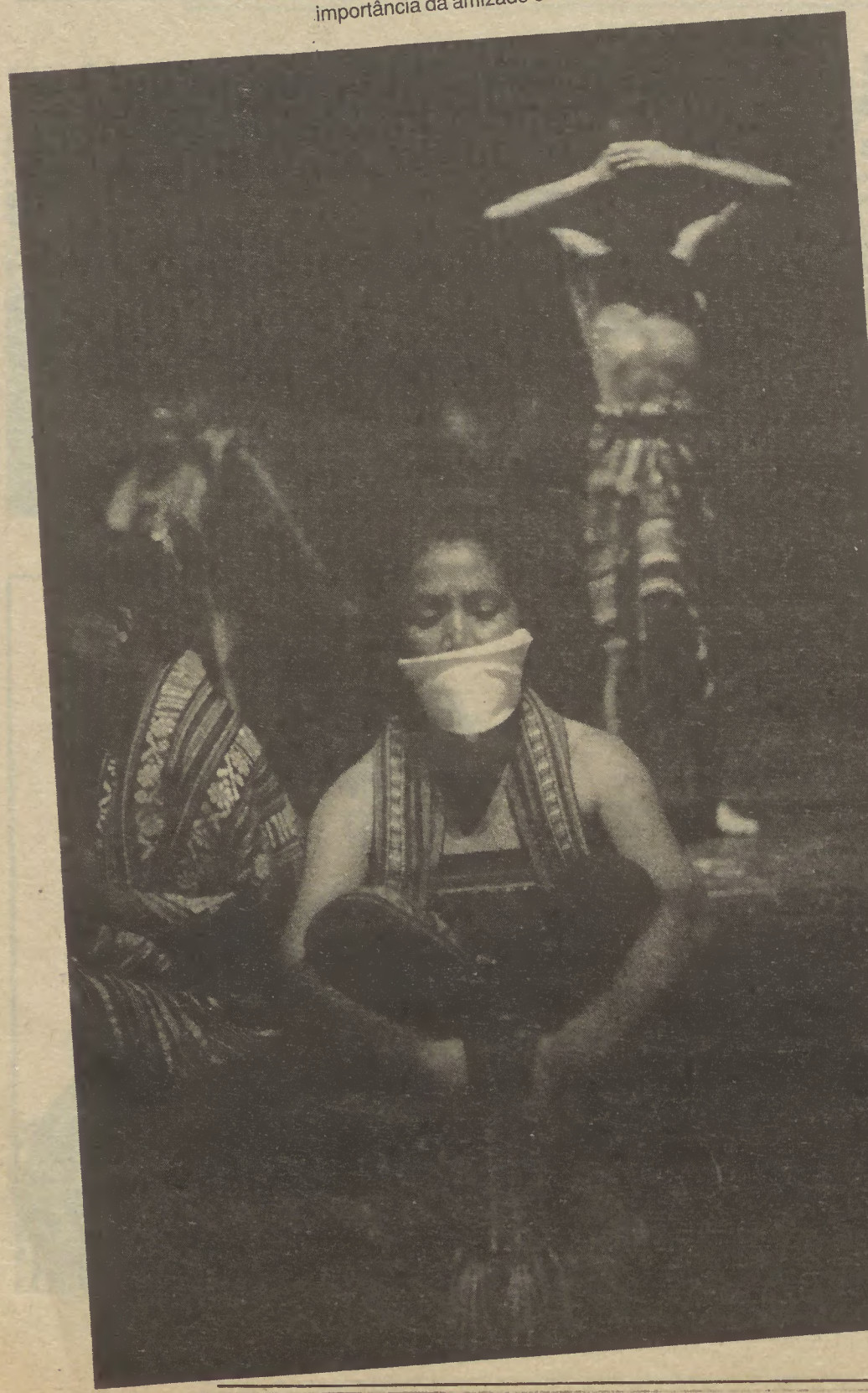
José Peixoto

Carlos Bica

«Avanteatro»

«Feliz Aniversário»

O TIL-Teatro Infantil de Lisboa vai estar no Avanteatro da Festa no domingo às 11 horas, com uma peça de Fernado Gomes, dirigida especialmente às crianças. Intitulada «Feliz Aniversário», é a viségima produção do TIL e tem música de Zé Caparra e Quim Tó e cenografia de Joaquim Franco. Interpretam-na Kim Cachopo, Carlos Macedo, Agostinho Macedo, Maria João Vieira, Henrique Macedo e Rita Mira.
A história relata momentos agradáveis que Alice e o Coelho do País das Maravilhas, O Gato das Botas, o Sininho e o Capitão Gancho das Aventuras do Peter Pan passam numa festa de aniversário, realçando a importância da amizade e do convívio.



Beileira
O grito de Timor

«Beileira» é um fascinante espectáculo concebido e encenado por Carlos Melo, que será apresentado pelas 22 horas de sábado, 8 de Setembro, no Auditório-Avanteatro da Festa do «Avante!»
Construído a partir de um conjunto de lendas e de costumes do povo de Timor, o espectáculo, estreado no IFCIT em Junho passado, explora a dança e o canto, surgindo o teatro como elemento aglutinador dessas formas expressivas.
Logo na abertura, junto ao proscénio, duas mulheres amordaçadas representam a imagem de um povo sacrificado. O quotidiano desse povo surge-nos através do canto, das danças, das brincadeiras das crianças, e o seu carácter mágico é sublinhado no personagem do homem com patas de crocodilo, a lembrar a forma da ilha de Timor e as suas relações com a terra e com o povo, que aponta o infinito. No final uma voz grita pelo crocodilo que entretanto desapareceu.
Através da narração e da representação metafórica aparecem os sinais da guerra, dos crimes e das torturas, utilizando-se elementos simples como o grito, aqui um tiro, e uma jovem que tomba fulminada. Aliás o espectáculo é uma teia de gritos e de gestos que jogam com o canto, a dança, o silêncio da morte, a respiração da vida.
Os actores exprimem com muita força e autenticidade realidades que têm a ver com a maneira de ser de um povo e com as suas relações políticas com o mundo.
«Beileira» é pois a expressão teatral da luta do povo timorense contra a ocupação da Indonésia e conta com as interpretações de Prisca Mendonça, Sandra Mendonça, Fátima Araújo, Inocência Neves, Meireles Boavida, Leonor Mota, Mário Miranda, Altino Araújo, Luís Neves, Sandra Jerónimo, Paula Jerónimo, Virgínia Soares, Filomena Gama, Leonor Ximenses, Pascoal Boavida, Inês Araújo, Carla Araújo, Glicínia Araújo, Nádia Alves, Cristalina Correia, Lúcia Lemos, que integram a Kdadalak-Teatro, da Fundação Austroásia Borja da Costa. Amílcar Araújo, Elvis Boavida e Octávio Boavida são membros do «Grupo de Danças e Cantares de Timor» que participam igualmente neste espectáculo.

«Grande Sena»

«Grande Sena» é uma peça do GIC - Grupo de Intervenção Cultural de Almada e irá encerrar a programação do Auditório-Avanteatro, com início marcado para as 22.30 de domingo.
O espectáculo baseia-se no conto que Jorge de Sena escreveu em 1944 «A Razão do Pai Natal Ter Barbas Brancas», uma divertida tese «demonológica» sobre a origem da paternidade do Pai Natal e uma glosa do poema de Alberto Caeiro sobre o Menino Jesus.
É aliás com a interpretação do poema de «O guardador de rebanhos» de Alberto Caeiro, frente à porta de entrada do Avanteatro, que o espectáculo abrirá, após o que o público será convidado a entrar, seguindo os artistas e um bonito cabrito escuro até ao interior.
O conto de Sena tem encenação do actor António Carvalho de «O Bando» e foi adaptado colectivamente pelos membros do GIC. Este grupo nasceu, em 1986, como colectivo de produção ligado sobretudo aos estudantes da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto e, sob a direcção de Luís Pais da Companhia de Teatro de Almada, já representou textos de Virgílio Martinho, Marivaux, António José Forte e de O'Neil. «Grande Sena» é o quinto espectáculo do grupo, actualmente sediado na Sociedade Recreativa União Pragalense, e foi recentemente apresentado no Festival de Teatro de Almada. Unanimemente considerado pela crítica como a grande revelação deste festival, o espectáculo destaca-se pela qualidade, alegria, o uso de uma linguagem absolutamente contemporânea, o seu excelente cenário, sonorização e trabalho dos actores.

Bucha e Estica às 22 horas de sexta-feira

«O Regresso de Bucha e Estica» está já anunciado para sexta-feira dia 7 de Setembro no Auditório-Avanteatro da Festa do «Avante!». Trata-se de um espectáculo imaginado e encenado por Mário Viegas, de que já tivemos oportunidade de falar neste suplemento, e está actualmente em cena no Ritz Club. No palco vão estar cenas ao vivo de filmes da célebre dupla Stanley Laurel e Oliver Hardy, interpretadas por Juvenal Garcês, Eduardo Firmo, Karley Aida, Carla Efe, Mário Neves e Rui Furtado.
Mário Viegas pretendeu deste modo assinalar os 100 anos do nascimento de Stanley Laurel, que juntamente com Oliver Hardy, protagonizou, em cerca trinta anos, mais de trezentos filmes, na maioria grandes metragens. Alguns destes filmes, cedidos por Mário Viegas, e ainda inéditos em Portugal, serão projectados pelas 11 horas de sábado no referido auditório.

Na Corrida da Festa

Armando Aldegalega dá o tiro de partida

O veterano Armando Aldegalega, prestigiado atleta do Sporting Clube de Portugal, dará o tiro de partida no dia 9 de Setembro, às 9.30 horas, quando se iniciar no campo do Amora Futebol Clube a Corrida da XIV Festa do «Avante!».
A um mês da Festa estavam contabilizadas 500 inscrições, o que permite prever que a corrida se vai afirmar, uma vez mais, como uma das maiores provas de atletismo de início de época, quer pelo número, quer pela qualidade dos participantes. Entre outros, já se inscreveram **Aurora Cunha, António Leitão, José Pinto, Ezequiel Canário** e o maratonista **José Araújo**.

Inscrições

A corrida, como o «Avante!» noticiou na sua edição de 28 de Junho, tem um novo percurso: em circuito a partir do campo do Amora FC, com passagem pela Amora, Arrentela, Seixal e Paio Pires, num total de 15 quilómetros.
A participação é aberta a todos os atletas de ambos os sexos com mais de 17 anos, nas categorias de juniores, seniores e veteranos (I, II, III e IV). As inscrições são gratuitas e podem ser efectuadas **até 3 de Setembro** junto da organização da corrida (pessoalmente, ou pelo correio), na Avenida António Serpa, 26, 2º esquerdo, Lisboa. Os dorsais são entregues no dia da corrida, no pavilhão do Amora FC, a partir das 8 horas.

Prémios

Os vencedores absolutos (masculino e femino) são premiados com viagens à URSS (com a colaboração da Agiturismo), aos 100 primeiros classificados são oferecidos livros da Editorial Caminho, e os mil primeiros receberão *t-shirts* Rujoca. Os três primeiros atletas de cada escalão e as 15 melhores equipas (de três atletas) recebem taças e outros troféus. Todos os atletas que terminarem a prova recebem, independentemente da sua classificação, um diploma de participação na corrida e uma entrada na Festa.

Final Algarvia de futebol de salão

O torneio de futebol de salão da Festa do «Avante!» está actualmente na sua fase preliminar, de apuramento, com jogos a decorrer nas várias regiões.
Do Algarve chegou a notícia do apuramento da equipa que vai representar o distrito na fase seguinte: a **Casa Pirica**, de Tavira, que derrotou na final regional o *team* dos Amigos de Lagos por uns escassos cinco a zero. O jogo decisivo realizou-se em Faro, sábado passado, no recinto da RAF. A equipa vencedora, para já, recebeu a taça de Campeã do Algarve. Veremos como se vai aguentar daqui para a frente...

Torneio de Damas

Preparar para o XI

O primeiro torneio de damas da Festa do «Avante!» realizou-se em 1979, quando pela primeira vez a iniciativa decorreu no Alto da Ajuda. Agora, na Quinta da Atalaia, vai-se realizar a sua 11ª edição, e já deve haver, um pouco por todo o País, quem se esteja a preparar para ali reencontrar amigos e adversários à altura, num espaço ímpar de convívio e confraternização.
O torneio - cujo regulamento foi publicado no «Avante!» de 5 de Julho - realiza-se a 8 e 9 de Setembro, em sistema suíço, com escalão absoluto, e será dirigido pelos conhecidos damistas Medalha da Silva, Dinis Vaz e Malagueta Simão.

As inscrições podem ser feitas desde já na Comissão de Desporto da Festa (Avenida António Serpa, 26, 2º esquerdo, Lisboa) e até às 14 horas do dia 8 de Setembro no local da competição.
São atribuídas taças aos primeiros três classificados, enquanto os restantes vão receber medalhas e diplomas de participação.

30 cabeças 60 mãos e 600 dedos para 3 shows de circo

No sábado (de manhã e de tarde) e no domingo (de manhã) da Festa (dias 8 e 9 de Setembro) haverá circo no Palco Arraial. Estes três espectáculos contam com a participação de conhecidos artistas circenses:
- o faquir Victor Emiliano, que habitualmente actua em casinos nacionais, no Coliseu e no Circo Cardinali;
- Brunof, artista de *rola-rola*, colaborador em circos nacionais e espanhóis;
- o ilusionista Zurk, conhecido nos casinos nacionais;
- o ilusionista de grandes evasões Renaudo Nelsinho, que participa em espectáculos da RTP, do Coliseu e do Cardinali;
- o malabarista Picolo Pauleang, conhecido nos circos Cardinali, Mágico Indiano, Mexicano, Chen e Coliseu;
- e os palhaços A. Campos, Nando & Companhia, dos circos Americano, Brasil e Coliseu, e com actuações também no estrangeiro.

Os três espectáculos de circo da Festa do «Avante!» têm direcção e realização de Karley Aida, conhecida artista do Coliseu, do Cardinali, de casinos nacionais e da RTP, com carreira no estrangeiro (nomeadamente nos festivais de Barcelona, Madrid, Alicante e Suíça); actualmente trabalha com Mário Viegas e faz parte do elenco do espectáculo «O Regresso de Bucha e Estica».

Os artistas contam com 12 apoiantes e ajudantes, perfazendo assim um total de 30 pessoas; feitas as contas, chegamos aos números do título... se não houve engano. De qualquer modo, o resultado irá estar ao nível da Festa: três espectáculos variados, com ritmo e qualidade. A não perder!

Primeiro Sorteio das EP's

1.º Prémio
EP n.º 145 859

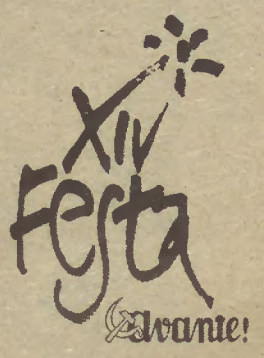
2.º Prémio
EP n.º 103 989

3.º Prémio
EP n.º 150 019

No sábado passado, dia 11 de Agosto, realizou-se na Quinta da Atalaia o 1º sorteio das entradas permanentes (EPs) para a XIV Festa do «Avante!».

O **1º prémio** (um televisor Philips 21 GR 1251) saiu a quem tem a EP nº **145859**; o **2º prémio** (um videogravador Philips VR 6290) foi para o portador da EP nº **103989**; para a EP nº **150019** foi o **3º prémio** (um combinado estereofónico Philips AS9400).

Conhecidos os números premiados neste primeiro sorteio, prossegue a venda das EPs. Além do farto programa (atractivo q. b. para dispender os 900 escudos que custa o bilhete para os três dias da Festa), haverá ainda, a 9 de Setembro, um segundo sorteio, que tem como primeiro prémio um automóvel Lada Samara; o segundo prémio é um quarto de criança da D'Arte Móveis Confiança, e o terceiro é uma câmara de vídeo Nordmend.



150 mil contos para o Terreno da festa

2.º sorteio das EPs a 9 de SETEMBRO

1.º Prémio LADA SAMARA
1100 cc
3 Portas

SODIMOTOR
Sociedade Distribuidora de Automóveis, S.A.
Sede: Trav. da Glória, 19, 2.º-Esq. –1200 LISBOA
Tel. 346 06 04

2.º Prémio QUARTO DE CRIANÇA
D'ARTE MÓVEIS CONFIANÇA

3.º Prémio CÂMARA DE FILMAR-VÍDEO
NORDMENDE
Modelo: SV 500
Super VHS
da empresa
TOCAPIANO
-ALMADA